

ANO II — N. 3

(SET 59)

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

SUMÁRIO DA SEÇÃO

I — DOCTRINA

"Origens e Fundamentos da Geopolítica" — MOZART de ANDRADE SOUZA, Gen.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"Áreas Internacionais de Compreensão e Áreas de Atrito" —
"Tendências Expansionistas": 1. "Introdução"; 2. "Processos
de Interação Social e sua Classificação Corrente" — GOLBERY
DO COUTO E SILVA, Cel.

"Território e Domínio" (Conclusão de número anterior) — WAL-
DIR DA COSTA GODOLPHIM, Ten-Cel.

III — ARTIGO ESTRANGEIRO

"A Geopolítica e a Geografia Militar" — ROBERTO NEGRETTI
MADRIZ, Ten (Trd da "Revista del Ejercito", Venezuela — N. 5
de 1958 p. Fernando Ryff Correia Lima, Maj).

"O Espaço como Fôrça" — BOLIVAR E. GUERRERO C. Ten (Trd.
da "Revista Militar", Equador — N. 1 de 1957 p. Carlos Eduardo
Tosta).

IV — BIBLIOGRAFIA

"Índice Bibliográfico". Publicações do Instituto Brasileiro de Geo-
grafia e Estatística — OCTAVIO TOSTA, Maj.

A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sobre **GEOPOLÍTICA**:

- 1) **GEOPOLÍTICA DO BRASIL** — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esqt).
- 2) **A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA** — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
- 3) **PROBLEMAS DO BRASIL** — 1952 — Cel Adalberto Fialho.
- 4) **GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL** — 1952 — Everardo Backheuser.
- 5) **FRONTEIRA EM MARCHA** — 1956 — Renato de Mendonça.
- 6) **ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL** — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endosso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — “A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

I — DOUTRINA

ORIGENS E FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA (*)

General MOZART DE ANDRADE SOUZA

O artigo que se segue decorreu da necessidade que teve o seu autor de coligir dados e alinhar idéias a fim de ministrar sessões de instrução de geografia na Escola de Estado-Maior do Exército, no ano letivo de 1953.

O trabalho consistiu na concatenação de idéias colhidas nos artigos e livros constantes da bibliografia publicada no fim deste artigo. É um trabalho de compilação. Oxalá tenha cumprido a finalidade a que se propunha.

GEOPOLÍTICA — ORIGENS E FUNDAMENTOS

A Geopolítica, nome pelo qual significamos um estudo combinado de geografia humana e de ciência política aplicada, tem uma origem remota e complexa. Não é, na verdade, novidade total para os estudantes de geografia e de política internacional. E não foi através dos doutores de Munich e dos políticos de Berlim, que se tomou conhecimento de que há uma relação definitiva entre o espaço geográfico e a evolução política dos Estados e dos povos.

De fato, Aristóteles (384-322 AC) muitas vezes frisou a dependência da ciência política em relação à geografia; Strabão, o geógrafo grego (63 AC a 2), escreveu a respeito para os estadistas e os políticos de sua época; na Idade Média, Albertus Magnus (1206-1280) foi um cidadão eminente pelos seus conhecimentos geopolíticos, predizendo mesmo a abertura do canal de Suez; Montesquieu (1689-1755) devotou grande parte do Livro XIV de seu "Espírito das Leis" à influência da Geografia nas transformações políticas e na conduta humana; Karl Ritter (1779-1859) fez da geografia a "causa das causas" na determinação do curso da civilização; Emmanuel Kant, no século XVIII, filosofou exaustivamente sobre a geografia e a sua influência básica na História; no começo do século XIX o barão Dietrich Henrich Von Bülow foi chamado o "barão mau" devido às suas idéias geopolíticas, as quais alarmaram tanto os monarcas da Europa a ponto do Tzar russo lançá-lo numa escura prisão de Riga, onde expirou; precursor de muitos outros, Von Bülow pregava a divisão da Europa continental em 12 estados capazes de se desenvolverem.

A compra da Lousiana por Thomas Jefferson, em 1803, foi um ato geopolítico na sua perfeita definição. Para obter uma cidade chave e um porto, comprou um império.

O insigne historiador russo Kluchevsky escreveu o seu monumento "Curso de História da Rússia" de um ponto de vista geopolítico, como

(*) Transcrito da "Revista do Clube Militar" n. 131, de 1954.

êle próprio declara no prefácio de seu livro, claro que sem especificar êste nome.

A compra do Alaska por Seward, em 1867, foi um ato da maior agudeza político-geográfica. Theodoro, Roosevelt tinha um entendimento prático de geopolítica e, por isso, mandou abrir o Canal de Panamá.

A todos êsses precursores dos especialistas de Munich, e a muitos outros, falou somente uma classificação: eram geopolíticos sem moldura.

Nos tempos mais recentes a geopolítica, como uma disciplina sistemática, descende de dois alemães, um sueco, um americano, um inglês e numerosos expansionistas japoneses. O sueco e os alemães lhe deram o nome e se excitaram com isso. O inglês, Sir Halford J. Mackinder, embora nunca se classificando a si mesmo como um geopolítico, deu um impulso decisivo ao assunto com a sua teoria do "Heartland" (Núcleo Central ou coração do mundo). O almirante Mahan não teve vida suficiente para certificar-se quão profundamente seus escritos sobre o poder marítimo influenciaram os geopolíticos de Munich; êles o aceitaram como um mestre e tomaram suas conclusões como inestimável fonte de idéias. O Japão, persistentemente, e sem desvios, vinha praticando uma geopolítica própria, desde a anexação da "Korea" em 1910. Seus homens de governo não faziam alarde da base geopolítica em que assentavam suas conquistas; pelo contrário, simplificaram e racionalizaram seu imperialismo insinuante em termos vagos: — "Política de Emigração" como o Conde Komura o descreveu no seu "Programa Continental" de 1909 ou como foi esplanada aos chineses, em anos mais recentes: "Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia".

Ratzel, um dos alemães, foi professor de geografia em Leipzig e Munich e importante autor de profundos estudos e de diversos panfletos — cêrca de 24 volumes e uma centena de monografias. A necessidade da expansão espacial foi sempre posta em relêvo em seus ensinamentos; alertou os pósteros para o fato de que o declínio de cada estado, pode ser caracterizado pela sua complacência e satisfação com um pequeno espaço geográfico.

Espaço, dizia êle, não é meramente um veículo para forças políticas; é, em si, uma força política de importância capital. Êste instinto espacial é desenvolvido em sua "Geografia política" de 1897. Neste tratado, Ratzel formulou as chamadas 7 leis de expansão imperialista, tôdas tendentes a racionalizar suas conclusões políticas, que se podem resumir no conceito de que êste planêta é por demais pequeno, para mais do que um grande Estado.

E, embora não mencionado diretamente pelo nome, o conquistador definitivo nesta batalha cósmica pela sobrevivência, deveria ser o estado germânico. Hitler adotou, francamente, aquêle princípio, pelo menos no que se relacionava com a Europa. "O testamento político da nação germânica, no que respeita à política externa — escreveu êle no capítulo 14 do *Mein Kampf* — contrará e deverá sempre conter, a seguinte idéia: Nunca permitir a formação de dois poderes continentais na Europa. Encarar sempre como um ataque contra a Alemanha, cada tentativa da organização de um segundo poder militar, nôs limites da Alemanha, etc..."

Devido às suas investigações anteriores no domínio da morfologia das plantas e da vida animal, Ratzel adotou o ponto de vista biológico com respeito ao Estado. Para êle o Estado é um "quase-organismo" evoluindo pelo processo Darwiniano até as formas mais perfeitas, ou involuindo até a decadência. Manter-se estacionário significaria perda de caráter e vitalidade.

Estava estabelecida a teoria da base geográfica do poder. E dada resposta à Esfinge com o pronunciamento de que foram geografia e

espaço que solucionaram o enigma do mundo. Vida é movimento, disse êle; como a superfície da terra é estática e imutável, cabe à humanidade prover a força dinâmica. O Estado é a humanidade organizada; logo deve atuar como Estado, isto é, deve expandir-se. Esta, dizia, é a grande lei de sua existência, tanto física como intelectual. É um imperativo categórico que não poderá ser obedecido se o Estado resignar-se, ignôbilmente, aos limites de uma área específica.

Os sucessores de Ratzel — Kjellén e Haushofer — abraçaram com gosto o argumento e ultrapassaram o mestre. Rudolf Kjellén, professor estadual na Universidade de Goteborg na Suécia, seguiu entusiasticamente, e expandiu mesmo, as idéias de Ratzel; criou o nome para a matéria: Geopolítica. No seu livro "O Estado como uma forma de vida" onde primeiro apareceu o termo (1918), considera êle o Estado como um organismo, cujo principal atributo é poder.

Estando a ciência política, na sua opinião, desde há muito, nas mãos dos legistas — que viam o Estado como uma criação da lei — pensou em emancipar a sociologia do jugo dos homens da lei e dotar o esqueleto legal com músculos e sangue sócio-geográficos. Cinco aspectos propôs para estudo e análise, na ordem natural e lógica de importância:

Geopolítica — Geografia e Estado.

Demopolítica — população e Estado.

Ecopolítica — recursos econômicos de um Estado.

Sociopolítica — estrutura social do Estado.

Cratopolítica — organização governamental.

Kjellén não só adotou o ponto de vista de Ratzel, encarando o Estado como uma unidade biológica que possui as características e a vitalidade de um organismo vivo, como ampliou o conceito, introduzindo a idéia nacionalista. O nacionalismo, argüia êle, dá expressão característica ao Estado. Território e espaço, conseqüentemente, passam a ser robustecidos pelo misticismo, pela inclusão do conceito de nacionalismo, o qual, devido à sua ampla e sugestiva significação, pode ser empregado para abrir novos e vastos horizontes: *em qualquer lugar em que existir um grupo da mesma raça, o Estado poderoso pode e deve acorrer.*

A expansão é então louvada como um dever sagrado de um Estado, o conhecimento de suas obrigações para com irmãos de sangue, existentes em outras áreas. O Nacional-Socialismo alemão acolheu com agrado esta idéia de imperialismo racial e invocou o dogma para "salvar" os alemães e os interesses alemães, primeiro na Áustria, depois na Sudetolândia e em toda a Europa central.

O Gen. Haushofer, o último e mais conhecido expoente alemão da geopolítica, residiu bastante tempo no Japão, onde adquiriu uma profunda admiração pelo programa imperialista dos estadistas japoneses. Como testemunha, estudou e interessou-se pelos avanços progressivos do Japão; admitiu o discernimento geopolítico dos japoneses e seu instinto para o "lebensraum"; falou dos mesmos como da "nobre raça" que reconheceu a "dinâmica da política" do Este e, muitas vezes, os apontou como modelos a serem imitados pelos alemães. Professou particular admiração por sua técnica sutil de evolução espacial: "esta é a escola, advertiu aos seus concidadãos, que o Japão emprega", "e é a que a Alemanha deverá empregar", aduziu.

Adotou, também, as idéias de Kjellén, do qual era grande admirador. E suas qualidades pessoais, amadurecidas pela experiência militar e diplomática, fizeram dêle a personalidade apropriada para a tarefa de esboçar os argumentos históricos e geográficos, necessários ao poder nazista em ascensão. Nascido em 1896, foi oficial do exército na Primeira Grande Guerra e estêve à testa de suas derrotadas tropas, na

volta para a Alemanha humilhada. Como observador militar, adido ao exército japonês, estudou a situação do Extremo Oriente sob o ponto de vista de Tóquio. Finalmente, como professor da Universidade de Munich, organizou e mobilizou uma quantidade enorme de informações enciclopédicas, para o dia em que a Alemanha estivesse em condições de atacar. Era um poliglota, falando seis línguas estrangeiras, inclusive chinês, japonês, coreano e russo. Com ele a geopolítica tornou-se uma espada flamejante para ajudar a Alemanha a atingir o seu sonho de revanche e de dominação.

Haushofer logo se inteirou da importância dos trabalhos dos geógrafos ingleses Sir Halford Mackinder e James Fairgrieve. Admirou tanto o estudo "Geography and World Power" de Fairgrieve, que o traduziu para o alemão e prefaciou a obra. De Mackinder, aproveitou a idéia básica que iria dar vitalidade ao pensamento geopolítico alemão. Esta idéia apareceu em primeiro lugar num jornal com o título "The

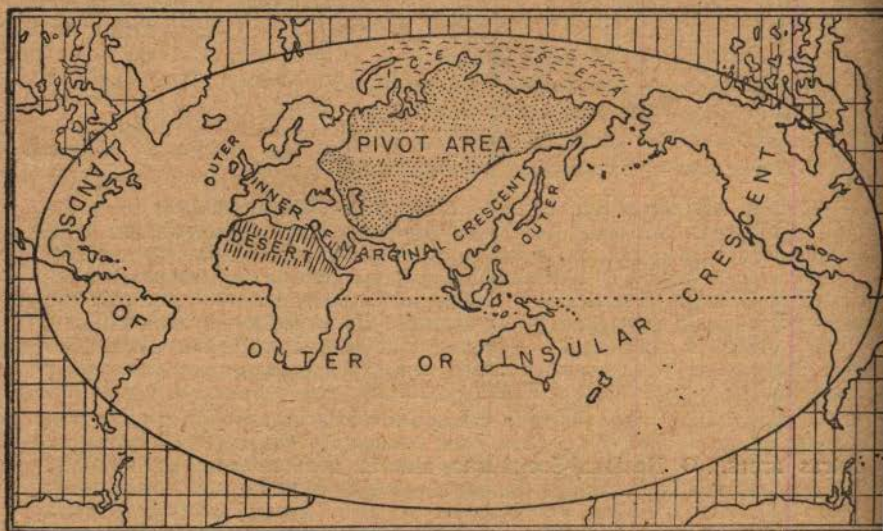


Fig. 1 — O famoso mapa organizado por Mackinder, na projeção de Mercator, tal como apareceu em 1904 no "Geographical Journal" de Londres.

"Geographical Pivot of History" e foi lida na Sociedade Real de Geografia de Londres em 1904 por Sir Halford, que nesta ocasião apresentou uma notável análise da interrelação existente entre geografia e política, não somente no continente europeu, como em qualquer parte do mundo, invocando a História como testemunha.

A idéia básica de Mackinder pode ser assim expressa:

A Rússia é o Estado "pivot" na balança do poder, nos tempos modernos; os EE.UU., pelo seu avanço no Pacífico, tornou-se um poder de Este, sendo o oceano Atlântico a linha divisória entre o Este e o Oeste.

Em 1919, Mackinder publicou "Democratic Ideals and Reality" no qual encarou o futuro perigo para a paz mundial da dominação potencial da Rússia e do Este, pela Alemanha. "Quando nossos estadistas estiverem em conversações com o inimigo derrotado, alertou Mackinder, algum querubim alado deve ciciar-lhes, de vez em quando, estas palavras: Quem controlar a parte oriental da Europa comandará o núcleo central, Coração da Terra; quem controlar o coração da terra, comandará a Ilha do Mundo, quem controlar a Ilha do Mundo, comandará o Mundo. Esta referência ao coração do Mundo e à ilha do Mundo, é o método gráfico empregado por Mackinder para frisar sua tese básica de que os três continentes — Europa, Ásia e África — constituem, como é verdadeiro, uma grande ilha cultural, política e econômica, rodeada por águas que constituem 75% das existentes na Terra. Em volta dela estão grupadas áreas de menor importância e que são apêndices dessa massa de terra, situada no hemisfério oriental.

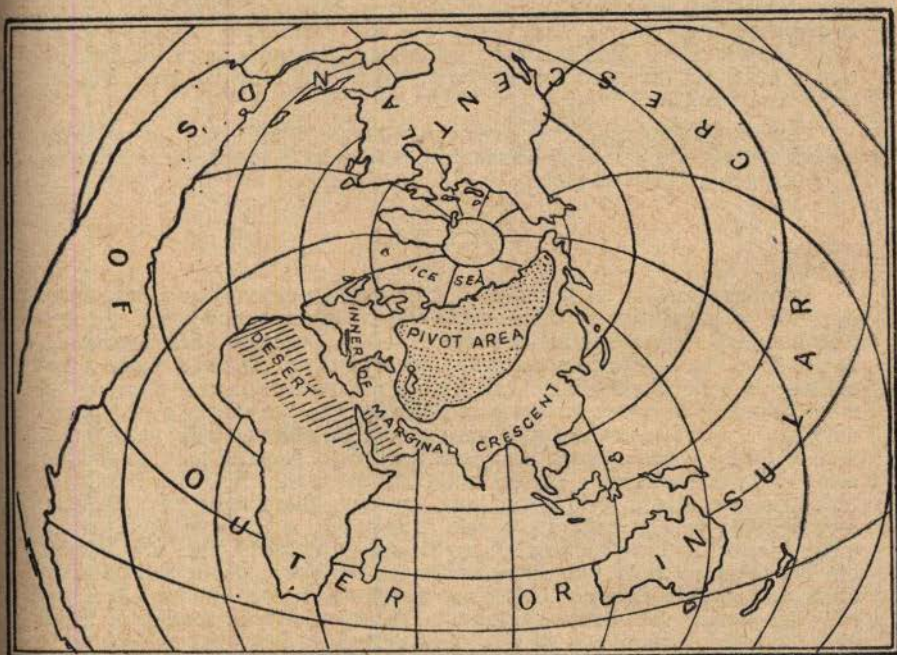


Fig. 2 — As concepções de Mackinder transportadas para um mapa equidistante azimutal, com centro no "Coração do Mundo".

O coração desta ilha, é por ele concebido como estendendo-se do Volga ao Yangtzé e do Himaláia ao Oceano Ártico, uma compacta massa continental fechada ao controle do poder marítimo. A dominação organizada deste imenso território, por um povo viril, poderá alterar o equilíbrio do poder mundial.

Tal era a visão deste verdadeiro pioneiro moderno da geopolítica.

Haushofer aceitou francamente as idéias de Mackinder. Referiu-se a ele freqüentemente. Reproduziu, muitas vezes, seu mapa do "Núcleo Central"; e construiu seu sistema geopolítico nas premissas inglesas. O

contrôle do "coração da Europa" pela Alemanha, tornou-se desde então a idéia central de Haushofer.

Um forte poder terrestre, com inconquistáveis linhas de defesa e linhas de transportes interiores, economicamente auto-suficiente, e com uma poderosa organização militar, deveria formar o núcleo da supremacia continental. Em volta, e subordinado a êle, tanto política como economicamente, Estados satélites menores deveriam ser organizados, como reservatórios de suprimentos e serviços, para a "raça de dominadores". Desta fortaleza se irradiaria o programa germânico para o domínio posterior do mundo, que Frederico List havia esboçado em 1841 no seu "Sistema nacional de economia política".

Hitler e Haushofer constituíram um binário e os frutos de seu jôgo se tornaram manifestos e sérios para o mundo.

Haushofer passou a ser uma Escola, um movimento, um símbolo, uma força de propulsão. Criou o Instituto de Geopolítica e uma atmosfera geopolítica definitiva na Alemanha moderna, que envolveu a todos: os políticos e as massas. E a verdade é que Haushofer, diretamente às vezes, outras vezes indiretamente, coordenou, integrou e racionalizou o campo total da geografia comparativa para ser utilizada pelo Führer como arma política.

Como o general Ludendorff na sua "Guerra Total" esboçou as novas táticas da guerra, também Haushofer, metódica e precisamente, traçou a estratégia geográfica global.

CONCLUSÃO

Para os alemães, a geopolítica foi, precisamente, o que seu nome significa — a política da concepção de vida de um mundo só e do destino humano. Foi a sublimação lógica de um processo de secularização da mente e das instituições culturais, que vinha em evolução desde a Renascença e a Revolução Industrial. Ambos puseram de lado o valor do homem *por si*: a *Renascença* com o seu *Humanismo* introduziu o paganismo do gôsto e do refinamento que, conjugado com a depravação pessoal nas altas camadas e com o nepotismo, enfraqueceu o respeito pela autoridade eclesiástica e acelerou a revolta religiosa no século XVI; a Revolução Industrial, no século XVIII introduziu um novo dissolvente na sociedade, representado pela manufatura e pela distribuição e troca de uma quantidade imensa de bens materiais, que trouxe a idolatria para a produção em massa, para tudo que fôsse capaz de ter prego e ser mercadeado. Criou-se a Quarta Classe: A massa, inorgânica e cosmopolita. E o terreno foi preparado para o surgimento da Prússia, cuja tendência histórica tem sido desprezar a lei e exaltar a força.

A geopolítica pode ser encarada de diversos ângulos. Alguns comentadores descrevem-na como um dos maiores "bluffs" da História. Muitos americanos pretendem ignorá-la, por conter conceitos tão exagerados que não merecem uma séria contestação. Outros, entretantô, encaram-na como uma arma extremamente perigosa, que deve ser contra-atacada vigorosamente.

Para nós a verdade parece estar entre os extremos.

Não nos esqueçamos, jamais, que a natureza tem horror ao vácuo. Destruída a Alemanha, uma outra potência, a Rússia, a substituiu nos mesmos intentos. E com argumentos semelhantes procura o domínio do mundo. Não ignoramos que há uma revolução social instilada na mente das massas desde 1918. E que Moscou está muito mais próximo do Núcleo Central, da Índia e da China, do que Londres ou Washington.

E preparemo-nos, espiritual e materialmente, para uma conflagração que poderá ter o mundo como a desejada presa de guerra, e que tenderá a nos fazer voltar aos estágios primitivos da humanidade, apesar de vivermos uma vida civilizadíssima.

BIBLIOGRAFIA

- A) ARTIGOS : "The round world and the Winning of the Peace", por Sir Halford Mackinder ; "Geography and World Power" por James Fairgrieve ; "Marginal and interior lands of the old world" por C. B. Fawcett ; Yakutia and The Future of the North" por Owen Lattimore ; "Heartland revisited" por Hans W. Weigert ; "Geopolitics and International Morals" por E. A. Walsh ; The rise and decline of German Lebensraum" por Samuel V. Valkenburg.
- B) LIVROS : "La decadência de Ocidente" por Oswald Spengler ; "Global Geography" por T. Renner ; "Geography of The Peace" por N. J. Spykman ; "A luta pelo mundo" por James Burnham. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil por Everardo Backheuser.

*
* *

"ESPAÇO" E "POSIÇÃO"

No "espaço" e na "posição" residem as duas condições básicas da realidade política, econômica, cultural e social do Brasil. Representam, por assim dizer, constantes dentro das quais se desenvolve a existência dos Estados.

O Brasil, único país de língua e civilização portuguesas na América, é detentor de um grande "espaço". Não possui espaços anacumênicos (espaços fictícios), ou impossíveis de serem povoados. Nota-se a ausência de desertos, elevações exageradas, ou regiões geladas. Pode ser utilizado, em sua totalidade, economicamente. A integração de nossa hileia amazônica e do polígono das secas processa-se mediante esforços da moderna técnica.

Os Estados que possuem grandes "espaços" encerram vantagens e inconvenientes. A primeira vantagem é que, pelo desenvolvimento, pode colocar-se entre as grandes potências do planeta. Apresenta possibilidade de grande crescimento de população sem que se veja a braços com um superavit demográfico. Possibilidades econômicas, agrícolas e pecuárias, minerais e industriais, em seu mais amplo aproveitamento. Possibili-

dades de intensificar as relações comerciais — interna ou externamente — em virtude de diversos pontos de escoamento. Maior contato do homem com a natureza, bem como diminuição do valor absoluto dos obstáculos naturais.

Entre os inconvenientes podemos lembrar as dificuldades de defesa, de penetração e ocupação. Devemos considerar também o perigo de desmembramento. Esta última desvantagem, para o Brasil, está definitivamente ultrapassada. Impõem-se, no entanto, medidas que consolidem, cada vez mais a coesão nacional, além das tradições históricas e culturais. Importante é a intensificação de nossas rédes de comunicação e de transporte. A mudança da Capital, bem como a redivisão administrativa do território, são consideradas como fatores de consolidação territorial, e, pois, nacional.

Passo importante foi dado pela criação dos novos territórios. O seu profundo significado geopolítico passou, no entanto, despercebido à maioria. Verificou-se a vivificação da faixa periférica do país.

Possuímos espaços fracamente povoados, e até mesmo áreas despovoadas. A penetração pelo interior não foi completada, havendo regiões em fase de ocupação. Esse inconveniente pode, entretanto, ser superado, quer por um maior crescimento vegetativo, quer pelo planejamento e execução de uma política racional de imigração.

A “posição” refere-se à distância, acessibilidade, ou isolamento. É considerada como fator geográfico de fundamental importância. A simples “posição” astronômica, ou climática, não nos é inteiramente favorável. Não possuímos climas dos mais energéticos. Devemos, no entanto, considerar a sua relatividade no tempo. Tudo depende do grau de cultura, relacionado ao momento histórico. “O clima, em conjunto com a herança racial e o desenvolvimento da cultura, é um dos três grandes fatores que determinam as condições de civilização”, afirma Huntington. E acrescenta: “É impossível definir qual dos três é o mais importante”.

Os diversos tipos de “posição” de um país importam na atuação dele no concerto das nações. As condições do Brasil, nesse particular, lhe são favoráveis, pois nosso país ocupa, ao mesmo tempo, uma posição central, adjacente, periférica e estratégica.

Não devemos esquecer que o Brasil, durante o último conflito, especialmente a região do Nordeste, representou papel de enorme importância. Serviu de ponto de apoio e de ponte para operações no velho continente. Foi fator de grande significação na vitória dos aliados.

A “posição” é uma espécie de elemento invisível, intangível, mas, ao mesmo tempo, vital na constituição de um país, por sua importância nas atividades humanas.

MOISÉS GICOVATE

(Transcrito da “Geografia do Brasil”

— 3º Livro — Ciclo Colegial)

II — ESTUDOS E ENSAIOS

ÁREAS INTERNACIONAIS DE COMPREENSÃO E ÁREAS DE ATRITO — TENDÊNCIAS EXPANSIONISTAS (*)

Coronel GOLBERY DO COUTO E SILVA

1 — INTRODUÇÃO

O tema que nos foi confiado nesta palestra, requer, com vistas a um tratamento por menos que se exija objetivo e justo, breve análise prévia, mediante a qual se busque precisar conceitos, delimitar noções, metodizar e hierarquizar idéias.

Certo, o assunto, considerado sob esse ângulo inicial bem mais amplo, necessariamente o seu tanto abstrato — e o próprio de todo conceituar é sempre abstrair para generalizar, precisando conteúdos e definindo fronteiras ao entendimento — comporta larga faixa opinativa; nem os mestres mais credenciados da sociologia moderna — Park, Burgess, Ellwood, Bogardus, Ogburn, Tönnies, Weber, Durkheim e Bouthoul, entre os que mais versaram, com rigoroso espírito metodizador, o capítulo dos processos de interação social — podem nos fornecer, inteiramente disponível, um quadro perfeito que nos sirva de moldura e referência ao estudo que buscaremos empreender, a largos traços embora, das atuais "áreas internacionais de compreensão" e das "áreas de atrito" que mais se destacam no panorama mundial contemporâneo. E isso porque, sobretudo, aqueles autores mais encaramaram o problema do ponto de vista das relações interpessoais, antes do que no campo, muito mais complexo sem dúvida e, principalmente, menos diáfano, da interação dos Estados, soberanos ou tutelados, das alianças de vários tipos entre países diversos, das unidades culturais de distintos graus, dos conflitos entre povos e dos momentosos encontros de civilizações.

Mas, a valiosíssima contribuição que, nesse particular, definitivamente deixaram incorporada à ciência sociológica, nos poderá bem servir de fundamento sólido à transposição conceitual — se a tanto chegarmos — que tentaremos fazer, do plano interindividual em que melhor se situam as classificações e denotações propostas, para o das relações entre grupos secundários culturalmente organizados, tais os Estados, as Nações, as Comunidades que, na escala dos conjuntos sociais, se vêm a dispor, como é de todos sabido, bem acima ainda dos chamados grupos primários e quase-primários da nomenclatura de Cooley, caracterizados que são estes por uma intimidade muito maior e um coeficiente mais elevado de identificação simpática, próprios das relações face-a-face.

2 — PROCESSOS DE INTERAÇÃO SOCIAL E SUA CLASSIFICAÇÃO CORRENTE

O contato, mais ou menos estreito, mais ou menos duradouro, condiciona sempre, a rigor, todo e qualquer processo de interação so-

(*) Palestra realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1959)

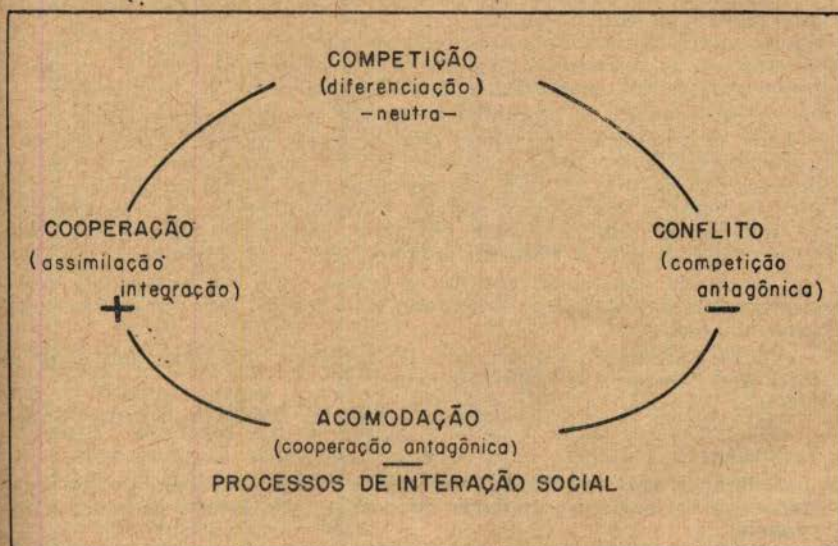
cial, quer entre indivíduos, quer mesmo entre grupos, como parece óbvio — processo que se entretetece sempre de ações e de reações de toda ordem, de uma estimulação recíproca, proporcionada e ativada pela multiplicidade dos canais de comunicação efetivamente disponíveis. Daí, o dinamismo dia a dia crescente dêsse processo entrecruzado de interação, num mundo em que o isolamento passou, de fato, a ser uma simples utopia, estranhamente ainda almejada por muitos, à medida que os padrões, tanto de espaço como de tempo, sofrem bruscas e impressionantes mutações, reduzindo drasticamente as dimensões todas do planêta, e o domínio criador do cientista e do técnico sobre o universo maravilhoso da microfísica assegura meios de comunicações cada vez mais potentes, mais econômicos e de mais ampla e incoercível difusão.

Sem a menor dúvida, sua característica talvez fundamental, a ambivalência, tão bem expressa no repetido símile de Samuel Butler — o laço que une, ao mesmo tempo que a faca que separa —, ambivalência que radica, afinal, em suas próprias origens psicológicas, nem por isso vem sequer esbatida em meio a complexidade das motivações, atitudes e comportamentos que, em tal processo, se integram para um fim, a princípio de todo indefinido entre dois polos distintos, mas que, aos poucos, se vai caracterizando, em cada caso, como dominante decisiva, embora nunca exclusiva. Assim, qualquer classificação de processos típicos de interação constitui, necessariamente, uma simples abstração, pois êstes nunca se nos aparecerão inteiriços e isolados, numa realidade social immanentemente fluante e, na verdade, plena de contradições. Abstração, porém, de inegável valia metodológica e sem a qual não haveria, mesmo, parâmetros de segura referência à análise e ao diagnóstico sociológicos, quanto mais a qualquer arremêdo de planejamento da própria vida em sociedade.

Osborn e Neumeyer distinguem, assim, os dois grandes grupos das **interações antagonônicas** e das **interações unificadoras**, expressões que muito de perto correspondem aos **processos sociais conjuntivos e disjuntivos** da classificação de Wilson e Kolb. (Esquema 1). Em ambas essas sistematizações, de um lado — a **cooperação** — e do outro — o **conflito** — assinalam as duas situações dos extremos; entre elas, um ponto médio e neutral caberia a essa forma quase paradoxal de interação a que já se qualificou mesmo de "interação sem contato social" e na qual se tem reconhecido até o tipo elementar, universal e básico no conjunto dêsses processos.

Sem real identificação dos antagonistas, sem uma consciência bem viva de qualquer rivalidade, caracterizada muito mais por uma absorção na consecução de certos fins do que na busca decidida da eliminação ou sujeição de um adversário, a **competição** tanto pode levar, em verdade, à cooperação como ao próprio conflito — a "competição antagonônica" de Gumburn. e nada valem aqui as teses já muito desgastadas que, com Gumpłowicz e o próprio Marx, nas pegadas remotas de Heráclito, dão primazia ao conflito na mudança social, ou as que, Kropotkine à frente, situam em plano destacado, ao contrário, a cooperação, sob o rótulo de ajuda mútua ou outro qualquer, como elemento organizador e integrador das sociedades humanas. A verdade é que, como Margaret Mead exaustivamente comprovou, há culturas cooperativas e culturas competitivas e não é, pois, sem razão que, em nosso tempo e sobretudo no mundo do Ocidente, eminentes sociólogos caracterizam, como fundamental, a competição, tal como acima já dissemos. Não houvesse David Riesman, em sua monumental obra "A Multidão Solitária", distinguido nossa cultura, embora em sensível processo de mutação agora, como introvertida, competitiva, dominada por um sentimento íntimo de culpa e simbolizável

no giroscópio, por suas atitudes em relação a objetivos de um permanente caráter individualista, enquanto: a sociedade medieval, regulada por uma tradição todo poderosa, se apresentava altamente cooperativa, sob impulsos radicados num pudor invencível e o signo consagrado do livro de etiqueta; e a nova sociedade que desponta, dominada por um sentimento generalizado de ansiedade, parece vir a definir-se como mais extrovertida, mais burocratizada, ciberpética mesmo, sob o emblema apropriado de um radar, ultra-sensível às atitudes e expectativas alheias.



ESQUEMA 1

O que nos importa, porém, assinalar aqui, é que, do conflito à cooperação, é o processo chamado **acomodação** — “cooperação antagonônica”, como quer Sumner — que oferece variados caminhos, desde a coação pela vitória e a submissão em face da derrota até o compromisso, a tolerância, a conversão e, finalmente, a própria assimilação que culmina em integração, no quadro desta, vindo, de novo, a manifestar-se, a prática cooperativa. Igualmente, porém, da cooperação ao conflito não é excepcional o retôrno, antes o propiciam e motivam a natural diferenciação, resultante da divisão do trabalho e da especialização de funções, seguida de um processo de competição cada vez mais dinâmico, o sentimento a generalizar-se dessa mesma diferenciação, a consciência de espécie dando, por fim, autonomia a novos grupos antagonônicos.

Eis porque Park e Burgess qualificaram a competição, o conflito, a acomodação e a assimilação de “os quatro grandes tipos de interação” cuja correspondência não se esqueceriam de fortemente assinalar em relação ao equilíbrio econômico — nitidamente competitivo entre nós do Ocidente —, à ordem política — solucionadora dos conflitos —, à organização social — com suas múltiplas agências de acomodação — e à herança cultural que integra a própria personalidade do homem, animal social, e dá vitalidade e assegura plena expansão às suas mais nobres e sadias potencialidades.

TERRITÓRIO E DOMÍNIO

(Conclusão do número anterior)

Tenente-Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM

O estudo do domínio do *território marítimo* envolve matérias que diretamente lhe dizem respeito, tais como mares territoriais, zonas contíguas, mares internos, estreitos e canais marítimos, golfos, baías, portos e estuários, e outras que lhe são indiretas, por exemplo, a da plataforma continental submarina e a do regime jurídico de alto-mar.

A determinação da fronteira marítima, isto se compreendendo como a linha de separação terra-mar, oferece muito menos dificuldades que a das fronteiras terrestres, pois que são aí marcantes as características de bem distinguir e de bem separar e embora a linha divisória avance e recue sobre a terra firme não há daí controvérsias de interpretação. A importância política dessas fronteiras advém da ligação que permitem do país com o resto do mundo, através do alto-mar.

As águas marítimas, tirando os mares internos confinados, estão compreendidas nos mares territoriais ou litorais, nas zonas contíguas e no alto-mar.

Mares territoriais ou litorais são as faixas marítimas marginais à costa dos Estados, até certa distância;

Mar territorial é a orla admitida que acompanha o litoral em toda a sua extensão e sobre a qual o Estado exerce soberania (Everardo Backheuser);

Mar territorial é o cinturão marítimo, a parte do mar que, em contraposição ao alto-mar, pertence ao domínio de Estado litorâneo (Oppenheim);

Zona contígua é a faixa marítima entre o mar litoral e o alto-mar, na qual se admite que o Estado ribeirinho possui direitos restritos de natureza administrativa — polícia, segurança da navegação e proteção à pesca.

Zona contígua é a zona adjacente ao mar territorial, até a distância fixada em leis especiais, nas quais o Estado pode tomar medidas de polícia ou defesa, que julgue oportunas.

Alto-mar é toda a porção de mar que fica fora dos limites das águas territoriais de quaisquer Estados, sendo inteiramente livre à navegação e não estando sujeito à soberania de nação alguma.

O conceito de mar territorial abarca matéria de direito das gentes e de direito interno. O primeiro trata do reconhecimento internacional dessa figura jurídica, das tentativas de uma uniformização conceitual, dos tratados e convenções que a êle dizem respeito. O segundo regula, principalmente, as questões de domínio e de definição das áreas marítimas. Ainda não é uma questão pacífica a condição jurídica das águas territoriais, pois autores há que as consideram como meras zonas de autoridade do Estado, não implicando isso em soberania. O Estado tem direitos de polícia, aduaneira, sanitária e de navegação, de cabotagem, pesca, cerimonial e jurisdição civil e penal, mas não quer isso dizer soberania irrestrita sobre uma zona que não se diferencia do alto-mar. A tendência dominante, entretanto, contraria a opinião desses autores, considerando-as do domínio do Estado ribeirinho, integradas no próprio território nacional. Quanto à necessidade de um mar territorial é ponto assente na doutrina, por razões econômicas, de segurança nacional, de

uso das águas e também para que a liberdade de alto-mar não seja praticada tão perto das costas do Estado que venha a causar danos à soberania ou provocar querelas internacionais.

O problema da fixação do mar territorial esbarra com dificuldades enormes face a diversidade de critérios, que ainda não foram contornados nas sucessivas conferências internacionais que abordam o assunto. As duas principais correntes propugnam, uma que aos Estados se reconheça a liberdade de estabelecer a extensão dos seus mares territoriais, outra que seja determinada uma largura única a ser adotada internacionalmente.

Nesse segundo critério, as principais potências marítimas querem adotar o limite tradicional de três milhas (alcance original do tiro de canhão) para serem beneficiadas principalmente com a liberdade de navegação e de pesca. Outras preferem quatro milhas, outras seis, outras doze, conforme as respectivas posições geográficas e as características das fronteiras marítimas. As potências oceânicas que se defrontam com o mar aberto, mas que possuem fraco poder naval, ao contrário, querem alargar os seus mares territoriais. China e Portugal adotam a medida de dezoito milhas, o Uruguai propôs vinte e cinco milhas e o Equador, Peru e Chile reconhecem seus direitos até duzentas milhas da costa.

Os três países adotaram essa extensão pela Declaração de Santiago, datada de 18 de agosto de 1952, por ocasião da Primeira Conferência sobre a exploração e conservação das riquezas marítimas do Pacífico Sul, que foi devidamente notificada aos demais países. Só a Inglaterra e os Estados Unidos opuseram reservas, baseados no reconhecimento que fazem da distância de três milhas para as águas territoriais.

Justificando a Declaração de Santiago e defendendo seus direitos durante sucessivos incidentes que têm pontilhado essa medida tripartite, os Estados signatários alinham argumentos ponderáveis dos quais os principais são os seguintes:

a) os fatores geológicos e biológicos que condicionam a existência, conservação e desenvolvimento da fauna e da flora marítimas nas águas que banham os países declarantes, fazem com que a antiga extensão do mar territorial e da zona contígua seja insuficiente para a conservação, desenvolvimento e aproveitamento dessas riquezas a que têm direito os países costeiros.

b) os meios de transportes modernos e de controle sobre o mar têm levado paulatinamente à elaboração de conceitos jurídicos distintos do já muito arcaico de três milhas que se aplicava ao denominado mar territorial. Esta tese, ao demais, nunca encontrou uma aquiescência unânime e geral; pelo contrário, jamais existiu doutrina uniforme, como ficou demonstrado nas vezes em que se tentou um convênio multilateral a respeito. Não tem sido, pois, regra consensual nem tem os indispensáveis caracteres de uniformidade e universalidade a execução e a aplicação do princípio das três milhas, que permitam considerá-lo como regra consuetudinária obrigatória para os Estados, nem quanto à extensão nem quanto às modalidades e alcance da soberania marítima.

c) a evolução constante do direito internacional é especialmente notória nos problemas marítimos. Assim, a ampliação da Zona Contígua ao talude continental são fatos que evidenciam o desenvolvimento da técnica dos meios de determinação e exploração das zonas marítimas, influiu para que o direito internacional reconhecesse hoje o direito dos Estados protegerem, conservarem e fomentarem as riquezas marítimas e assegurarem o uso e aproveitamento das mesmas. A au-

sência de uma uniformidade geral, entre os diversos conceitos jurídicos de caráter internacional, sobre o território marítimo não altera nem modifica uma norma fundamental, que se encontra em todos eles, a saber: a competência exclusiva de cada Estado para determinar livremente a natureza, as modalidades e o alcance de seus direitos de soberania marítima e sua obrigação de assegurar ao seu próprio povo as necessárias condições de subsistência e de cuidar da conservação e proteção dos recursos naturais do mar ante as suas costas.

Outro argumento levado em conta, segundo Enrique Garcia Sayan (Notas sobre la Soberania Maritima del Peru — Defensa de las 200 millas de mar peruano ante las recientes transgresiones — Lima — 1955), versam sobre a exígua plataforma continental submarina do Peru e do Chile, que em determinadas seções do litoral chegam a apenas duas milhas, estendendo-se a um máximo de 60/80 milhas, contra outros países, tais como os Estados Unidos, México e Argentina, cujas plataformas submarinas são de mais de 200 milhas, em certos trechos. Ainda mais, há países, como os Estados Unidos, que se reservam o direito de estabelecer zonas de conservação em alto-mar.

Dentro dessas razões, e de outras, os países signatários da Declaração de Santiago proclamaram como norma de sua política internacional marítima a soberania e jurisdição exclusivas que a cada um deles corresponde sobre o mar que banha as costas de seus respectivos territórios, até uma distância mínima de 200 milhas marítimas desde as referidas costas e sobre o solo e subsolo que a eles correspondem. Dita soberania só é, necessariamente, limitada em favor da passagem inocente e inofensiva, através da zona assinalada, para os navios de todas as nações.

Em conclusão, vê-se que o mar litorâneo está sujeito a estatuto jurídico especial. A largura do referido mar ainda é matéria de direito interno de cada país, já que dentro do direito internacional não há acôrdo entre os Estados, sobre a extensão da soberania de cada um.

O Brasil ainda considera a faixa tradicional de três milhas, para as suas águas territoriais e assim dispõe no Decreto 5.798, de 11 de julho de 1940, que aprovou e mandou executar o novo Regulamento para as Capitânicas de Portos. Uma pálida tendência para ressaltar seu direito de aumentar a largura do mar litorâneo se mostra no artigo 2º do Decreto-lei n. 794, de 19 de outubro de 1938 (Código de Pesca), que classifica a pesca marítima em litorânea, costeira e de alto-mar, considerando as duas primeiras, até a distância de doze milhas da praia. Porém, esse código é de fins limitados e não aborda, diretamente, a questão.

Dentro das águas territoriais é unanimemente consagrado o *direito de passagem inocente e inofensiva* das embarcações estrangeiras, considerando-se *passagem inocente* aquela que não oferece perigo à segurança e ordem públicas e nos interesses dos Estados ribeirinhos. Essa figura jurídica ressalva o direito universal da liberdade de navegação e comércio e é, apenas, limitada para os navios de guerra, que devem solicitar licença de passagem e, no caso de submarinos, navegar à superfície. O Estado ribeirinho pode fiscalizar a passagem inocente e tem o direito de perseguição, se ela fôr violada.

Intimamente ligadas ao conceito de mar territorial existem, modernamente, o de *zona contígua* e o de *plataforma continental submarina*.

O conceito de *zona contígua* surgiu para contrabalançar as tendências opostas dos países, na questão do mar territorial, uns querendo a permanência do limite de três milhas, outros propugnando o alargamento dessa faixa. Embora não esteja ainda unanimemente reconhecida,

a zona contígua representa uma faixa marítima entre as águas litorâneas e o mar alto, na qual o Estado não exerce soberania, mas ainda resguarda direitos aduaneiros, imigratórios, fiscais e sanitários. A idéia da zona contígua não deixa de ser um artifício jurídico, de que lançou mão os Estados Unidos, por exemplo, para perseguir os transgressores da lei seca que, além do mar territorial, em mar alto, estavam impunes e fora das sanções do Estado. Assim, há tendência para considerar a zona contígua como uma parte do mar alto em que ainda existe a influência do Estado ribeirinho. Sua largura não está determinada, mas em geral se admite que o mar territorial e a zona contígua não devem constituir uma faixa superior a doze milhas. No entanto, já se pode considerar evoluído o conceito de zona contígua, por razões estratégicas e econômicas, que têm criado institutos de maior amplitude. Dos primeiros, basta dizer que as nações americanas criaram o princípio da *Zona de Segurança*, abordado, pela primeira vez, na Conferência de Havana, com o fim de afastar a guerra naval das costas americanas; em seguida, reafirmado na Declaração do Panamá, ainda não reconhecido pelos Estados beligerantes; hoje em dia, porém, praticamente consagrado nos artigos 3 e 4 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, em setembro de 1947 e repetido nos vários tratados de segurança coletiva, atualmente em vigor. Sob o aspecto econômico, o conceito de domínio sobre a *Plataforma Continental Submarina*, pelo Estado ribeirinho, vem também diminuir a importância da Zona Contígua.

Plataforma Continental é o prolongamento submarino da terra firme continental, reconhecido por guardar as mesmas características estruturais. É de largura variável, porquanto se estende até onde o mar atinge a profundidade de 200 metros, em cujas proximidades o relevo submarino cai abruptamente para as grandes profundidades.

Plataforma Continental é a parte do solo do mar, e do subsolo respectivo, coberta por 200 metros de água, no máximo, tendo o Estado ribeirinho direito a demonstrar que, por força de circunstâncias geológicas excepcionais, sua plataforma continental se acha em maior profundidade.

Há regiões em que a plataforma continental é diminuta e há muitas outras em que se estende, por centenas de milhas. Dado o desenvolvimento da técnica de exploração científica e econômica das zonas marítimas, criou-se o direito dos Estados protegerem, conservarem e fomentarem as riquezas aí encontradas. Os sedimentos terrígenos trazidos para o mar, por ação dos rios, ventos, etc., se depositam na plataforma continental, criando condições propícias à fauna e à flora submarinas. Além disso, há vastos recursos minerais como o petróleo, por exemplo, no subsolo oceânico. Os interesses econômicos, portanto, têm levado os países a resguardarem juridicamente o domínio da plataforma continental.

Hoje já se reconhece tácitamente a soberania do Estado ribeirinho sobre a parte da plataforma continental, que lhe corresponde. Os detalhes jurídicos, entretanto, ainda não estão perfeitamente determinados, principalmente nas relações de interdependência entre a plataforma, o mar territorial e a zona contígua. Há países que reivindicam somente o solo e o subsolo da plataforma, enquanto outros declaram-se soberanos, também, sobre o mar que a cobre, tendo em vista as necessidades de exploração das riquezas e a piscosidade das águas. Outros países tentam estender a soberania sobre as águas além da plataforma, até onde alcançarem as riquezas dela oriundas, tais como os viveiros de peixes. Questões jurídicas têm surgido dessa desuniformidade de conceitos, que são suscetíveis, inclusive, de influenciarem o regime jurídico de alto mar. A determinação de direito dos Estados

ribeirinhos, se é soberania, jurisdição ou controle, tem assumido aspectos de grande importância.

A posição do governo brasileiro está definida pelo Decreto n. 28840, de 8 de novembro de 1950, que declara integrada no território nacional a plataforma submarina, na parte correspondente ao seu território, com jurisdição e domínio exclusivos da União. O mesmo decreto estipula que continuam em pleno vigor as normas sobre a navegação nas águas sobrepostas à plataforma, sem prejuízo das que venham a ser estabelecidas, especialmente sobre a pesca nessa região.

Os outros elementos constitutivos do território nacional, que ainda não foram estudados no presente trabalho, são as ilhas oceânicas, o território aéreo e os elementos territoriais oriundos de ficções jurídicas.

As *ilhas oceânicas*, entre as quais se incluem algumas que pertencem ao Brasil — Penedos de São Pedro e São Paulo, Arquipélago de Fernando de Noronha, as Ilhas da Trindade e Martim Vaz — fazem parte dos territórios dos Estados e constituem capítulo à parte, no direito internacional, dado que o domínio sobre elas é quase sempre de origem histórica e adquirido com características diferentes das que atuaram na formação do território metropolitano. As potências marítimas da Idade Moderna, possuem ilhas oceânicas, que obedecem a estatuto colonial, quando são colônias, pois muitas são completamente desabitadas, sendo mantidas, apenas, como pontos de possíveis e eventuais interesses estratégicos e econômicos. Em geral, os países confrontantes com elas, como o Brasil e Equador (Arquipélago de Galapagos), consideram suas as ilhas oceânicas, dentro do território metropolitano. A Argentina também considera assim as Ilhas Malvinas, no seu conflito secular com a Grã-Bretanha.

Pode dizer-se que o domínio e a integração das ilhas oceânicas ao território de um Estado é feito por ocupação legítima ou por conquista e, nesse caso, os conflitos, na maioria, não estão resolvidos.

A soberania do Brasil sobre suas ilhas é reconhecida pacificamente.

O *território aéreo* também acarreta inúmeros problemas de domínio. À semelhança da plataforma continental submarina, sua importância cresceu enormemente, com o desenvolvimento da ciência e da técnica e suas inevitáveis repercussões econômicas. As disposições que visam a disciplinar a utilização do espaço atmosférico e, mesmo, ultra-atmosférico, tendem hoje a se constituírem num ramo especializado do direito, tal a intensidade com que o homem o tem explorado. É natural, portanto, que os fatores políticos internacionais criem de imediato a necessidade de determinar as esferas de soberania e jurisdição de cada Estado. Inúmeros atos internacionais têm disposto a respeito, tais como a Convenção Internacional de Paris, de 13 de outubro de 1919, com os protocolos modificativos, de 27 de outubro de 1922, 30 de junho de 1923, 15 de junho de 1929, 11 de dezembro de 1929, a Convenção de Madri, de 1 de novembro de 1926, a de Havana de 20 de fevereiro de 1928 e a de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Os princípios gerais dos textos internacionais reconhecem, em princípio: que cada potência tem soberania completa e exclusiva, sobre o espaço aéreo, situado acima de seu território. *Território*, nesse caso, é a extensão terrestre e as águas adjacentes territoriais sob a soberania, jurisdição, proteção ou mandato de um Estado; que o Estado deve conceder, em tempo de paz, a liberdade de passagem inofensiva acima de seu território, mas por itinerários e pontos de aterragem previamente fixados; que o Estado soberano pode fixar as condições para que a circulação de aeronaves não venha a prejudicar seus interesses de defesa e conservação, entendendo-se como tais a proibição de so-

brevão de certas zonas, de transportes de explosivos, armas e munições, do uso de aparelhos fotográficos e ainda a necessidade de licença de voo para as aeronaves militares e a exclusividade dos nacionais para a cabotagem aérea.

A *passagem aérea inocente* é a travessia por uma aeronave particular ou comercial do espaço aéreo de um estado, efetuada de acordo com os regulamentos desse estado e sem a prática de atos que atentem contra a segurança, a ordem pública ou os interesses fiscais ou aduaneiros do Estado.

O Código Brasileiro do Ar (Decreto-lei n. 483, de 8 de junho de 1938) é o instrumento que fixa os dispositivos da política aérea brasileira. No artigo 1º declara que os Estados Unidos do Brasil exercem completa e exclusiva soberania sobre o espaço situado acima do seu território e respectivas águas territoriais. O artigo 4º considera "em território do Estado de sua nacionalidade as aeronaves militares, onde quer que se encontrem e as de outra espécie, quando em alto mar ou em território que não pertença a nenhum Estado". Este artigo se conforma com as *ficções jurídicas* aceitas internacionalmente e que ampliam o conceito de território ou particularizam casos especiais a eles referentes. O princípio internacional, que lhe serviu de base, é o mesmo consagrado no estatuto jurídico dos navios em alto mar.

A ficção de territorialidade se aplica às aeronaves militares, e aos navios de guerra e às aeronaves civis e navios mercantes, em alto mar. No campo da doutrina há correntes de pensamento contrárias à concepção que assimila navios e aviões ao território do Estado, principalmente, baseadas na complexidade de problemas que surgem, referentes ao direito internacional privado.

Afora o território móvel, ainda há a antiga ficção territorial sobre as embaixadas. Antigamente, as embaixadas eram consideradas parte do território nacional. Hoje não se aceita mais essa teoria. Os funcionários diplomáticos gozam de regalias, mas a embaixada em si não faz parte do território, tanto que os empregados, não diplomatas, não são considerados em território estrangeiro. Há extensão de direitos para as pessoas. Um crime na embaixada é resolvido pela justiça do país em que ela se encontra. O edifício, o terreno, gozam regalias de ordem política, mas não de ordem territorial.

FONTES DE CONSULTA

- O Presente e o Futuro do Direito Internacional — Raul Fernandes;
O Direito Internacional e as Nações Unidas — Gilberto Amado;
Tratado de Direito Público Internacional — Clóvis Bevilacqua;
Direito e Política Internacional — Rodrigo Octávio (filho);
Direito Público e Constitucional — Rodrigo Octávio;
Território Nacional — Soberania e Domínio do Estado — Coronel A. de Lyra Tavares (Biblioteca do Exército — Editora — 1956);
Geopolítica Geral e do Brasil — Everardo Backheuser — (Biblioteca do Exército — Editora — 1952);
Curso de Direito Administrativo — C. Rodrigues Valle — 1948 — A. Coelho Branco Filho — Editor;
Comentários à Constituição de 1946 — Pontes de Miranda;

Repertório Enciclopédico de Direito Brasileiro — J. C. de Carvalho Santos — Editor Borsai — Rio de Janeiro — Volumes 6 e 10 Verbetes “Bens Públicos” e “Domínio”;

Domínio de ilhas fluviais — Afrânio de Carvalho — “Jornal do Comércio”, de 23 de maio de 1954;

Manual de Direito Internacional Público — Hildebrando Accioly — 1948 — Saraiva;

Notas sobre la soberania maritima del Peru — defensa de las 200 millas de mar peruano ante las recientes transgressiones — Lima — 1955 — Enrique Garcia Sayan;

Comunicado do Ministro das Relações Exteriores do Equador a respeito do incidente registado nas costas do Equador com a apreensão de barcos pesqueiros americanos.

*
* *

GEOPOLÍTICA

O estudo da Geopolítica é um corolário vital e necessário para o estudo da guerra. Está especialmente relacionado com os mais altos estudos das operações, bem como, educação daqueles que podem ser chamados para elaborar planos de longo alcance. A Geopolítica abrange um campo muito vasto, e suas definições diferem largamente. Para o estudo da guerra, defini-mo-la como “A Relação de uma nação para com seu espaço”. Em seu sentido dinâmico, a Geopolítica é o estudo e avaliação do poderio efetivo ou potencial. O princípio básico dos geopolíticos é que todo o poderio provém de dois fatores: potencial humano e matérias-primas. Não há dúvida de que carvão, ferro, horas de trabalho e transporte, constituem os principais objetivos da revolução comunista.

Tenente-Coronel M. P. O'HARE

(Transcrito de “Estudo da Guerra” publicado na “Military Review”
de maio de 1952)

III — ARTIGO ESTRANGEIRO

A GEOPOLÍTICA E A GEOGRAFIA MILITAR

Ten ROBERTO NEGRETTI MADRIZ

(Traduzido da "Revista del Ejército", Venezuela — n. 5 de 1958
pelo Major Fernando Ryff Correia Lima)

Por Geografia, de um modo geral, pode ser entendida a ciência que estuda a situação e o relacionamento dos fenômenos da superfície terrestre, ou, como o quer Passarge, pode ser entendida a ciência da paisagem. Da paisagem natural, ou geografia física, e da paisagem transformada, ou geografia humana. É certo que a geografia militar não é senão um ramo da geografia geral ou integral, que estuda a influência desta nas operações militares; isto é, a repercussão que tem a geografia de um país sobre a tática, a estratégia, a logística e até sobre a organização, porque bem se compreende a influência preponderante que exerce o clima e a topografia de uma região sobre o equipamento, incluindo armamento, e sobre a técnica de luta de uma força combatente.

Disso decorre ser a Geografia Militar tão importante, e ter o fator militar valor tão transcendental. Muito embora os ameaçadores conflitos bélicos sejam indeterminados quanto à localização, graças ao seu caráter amplo, geral e quase universal, não cabe qualquer dúvida quanto a ser o componente geográfico o mais importante das ações, tanto militares quanto econômicas ou políticas.

Assim, pois, fica fora de dúvida que o terreno como suporte material das ações humanas mostra-se para as operações militares fator importantíssimo. Mas temos que tomar a mais ampla acepção do termo, visto como não podemos nos referir exclusivamente ao terreno com a significação de terra, de crosta sólida, mas, antes, nos reportamos ao cenário onde se desenrola a guerra de hoje, num fenômeno que está submetido às três coordenadas espaciais, e que é surgente nos três elementos materiais, terra, mar e ar.

Tôdas as atividades da espécie humana, e, particularmente, as atividades dos grupos vistos como Nação e Estado, devem ser notadas com os seus verdadeiros fundamentos na superfície da terra. A maioria dos fatores geográficos, físicos, biológicos, econômicos e humanos, intervém e tem influência marcante na guerra. A geografia é o menos variável dos fatores que afetam a realização de qualquer política ou ação bélica.

O programa do geógrafo militar é exaustivo, nada escapando às suas preocupações. O horizonte da Geografia militar é muito amplo. Vai desde a geografia física até a antropogeografia.

A Geografia Militar pode ser dividida em dois ramos: um, estratégico, que interessa particularmente aos Estados-Maiores, e no qual está incluída a Geopolítica; outro, tático ou topográfico, que interessa a todos os oficiais, sendo de importância óbvia.

na Geografia Humana, e aproveitar da História para a crítica das conclusões. A Geografia Militar é ciência aplicativa, e, assim, qualquer lei sem repercussão nos domínios militares não encontra emprego, e se apresenta inútil à sua atenção.

É necessário estudar as idéias da Geografia Física, e da Humana e Econômica, de modo a que de cada conclusão se possam objetivar conseqüências ou decorrências de natureza militar.

O Estudo das possíveis linhas de ação e das correspondentes providências deve ser precedido por uma análise de fatores que, apoiando-se na Geografia, dão lugar aos primeiros determinantes materiais sobre os quais se hão de construir sistemas estratégicos militares e políticos do país.

Precisamente por causa da imperiosa necessidade de definir e reunir todos esses fenômenos ou ações dentro de uma denominação global, é que se fala, com maior ou menor propriedade, em uma ciência Geopolítica.

Para dar valor ao geográfico como o faz a Geopolítica, é mister ceder uns primeiros pensamentos à História, à Economia e à Política. Referimo-nos, claro está, àquela série de conhecimentos integrados, como ciência ou não, no conjunto geopolítico, servindo no futuro, como no passado, de base à ciência e à arte da guerra, e sendo parte integrante delas. Em mãos de dirigentes políticos tais recursos da Geopolítica se têm convertido em métodos freqüentemente usados para expressão, representação, propaganda e orientação.

É preciso levar em conta que as questões geopolíticas não somente valem para a guerra, mas podem prestar serviços às causas da paz, desde que adequadamente utilizadas. Assim, pois, a Geopolítica pode constituir-se com fundamento de um bom Governo, já que seus ensinamentos não somente hão de servir aos fins defensivos sempre justificáveis, mas também poderão encaminhar-se para o estabelecimento, a consolidação e a defesa de uma nova vida moral, política ou jurídica, em plano mais alto, representativo da civilização. Desde essa posição relevante, a Geopolítica ajudará a atribuir missões e papel a cada Estado e a cada povo, dentro de um conjunto harmônico, esclarecendo as questões que interessam à ordem interna do agrupamento superior, com decisivos resultados para a prosperidade e o bem-estar desejados.

Por tudo isso, reunindo os fundamentos geográficos de toda uma série de acontecimentos que poderemos englobar no nome de políticos (econômicos, sociais, raciais, ideológicos e militares) podemos admitir a existência de uma disciplina chamada Geopolítica, que fornecerá a chave para muitos problemas do povo, quer de ordem interna, quer de ordem externa.

Os editores da "Revista Geopolítica", do célebre general alemão Karl Haushofer, deram uma definição oficial da Geopolítica: **ciência que trata da dependência dos fatos políticos ao solo. Baseia-se em largos alicerces da Geografia, particularmente da Geografia Política, doutrina de estrutura especial dos organismos políticos. A Geopolítica aspira a proporcionar as armas para a ação política. A Geopolítica deve converter-se em consciência geográfica do Estado.**

A Geopolítica é derivada de muitas fontes e dispõe de muitas e muitas caudatárias. A Geografia Política descobre o patrimônio e as insuficiências do Estado; a Filosofia nos fornece a lógica e o raciocínio; a História nos proporciona a reação dos Estados diante de certos estímulos políticos, tais como suas esperanças, debilidades, ambições e objetivos históricos. Necessitamos de todas essas fontes. A

estratégia é uma das mais importantes, pois enquanto tôdas as demais podem assinalar o que tem que ser feito, a Estratégia nos indica o que tem que ser feito. Devidamente observada a Estratégia, a serviço da Geopolítica, exige uma avaliação da Geografia, da Psicologia e de outros inumeráveis fatores marginais.

Os geopolíticos afirmam que as relações internacionais e, por conseguinte, as condições internas — já que necessariamente a política exterior é consequência das condições internas do país — estão governadas por fatores geográficos. As ideologias políticas e especialmente os conceitos doutrinários, pelos quais nos encontramos profundamente oprimidos, exercem pouca influência na política internacional.

Atualmente, se bem que parece ter-se tornado mais débil a influência dos Exércitos como Instituições, no equilíbrio interno dos Estados, maior o seu desempenho nas decisões de caráter internacional.

Reclus pode ser considerado o primeiro a preocupar-se com esta importante matéria, se bem que foi Ratzel quem vislumbrou, antes de quem quer que seja, as questões de relação entre Espaço e Vida do homem. Convém, portanto, que recordemos ao leitor quais eram as idéias fundamentais de Ratzel: **O Estado, que é um organismo imperfeito, está sujeito à natureza e disposição do solo em que se desenvolve, além de influído notavelmente pela situação relativa do terreno.**

A Geopolítica começou a ser seriamente discutida no princípio do século XX. Em 1904, famoso geógrafo britânico, Halford J. Mackinder, leu um documento ante a Real Sociedade Geográfica, dando-lhe por título "O Eixo Geográfico da História". A História, segundo Mackinder, era a Geografia em movimento. Ele foi o autor da teoria, ainda em voga, do "Coração da Terra" ou "Coração Estratégico". A teoria se baseia na idéia de o que hoje é Rússia, constitui uma área rica em recurso, inexpugnável a um ataque terrestre ou marítimo, e capaz de controlar o mundo.

Há poucos anos o Ten-Cel norte-americano John E. Kieffer, em uma série de conferências pronunciadas no país, esposou uma teoria pessoal intimamente vinculada com a de Mackinder. Esta teoria, seu autor a denominou "Teoria da Faixa de Poder". Tal teoria constitui uma tentativa de reduzir as idéias nitidamente teóricas, e a mirada filosófica, a fatores concretos que possam ser de utilidade no planejamento. Também trata de fornecer um procedimento por meio do qual possam ser feitas análises de atuais combinações do poder; isto é, trata de aquilatar a posição relativa de qualquer Estado em função de suas relações de poder e de seu emprêgo por coalizão de potências em função de um certo número de circunstâncias.

A apresentação, em resumo, de tôdas as personalidades que, através dos anos, expuseram e sustentaram teorias geopolíticas diversas a respeito do poder mundial, requereria espaço demasiado. Vamos apenas fazer menção aos que ocuparam lugar especial: o almirante Alfredo Mahan (EUAN), que advogou o Poder Marítimo como estrutura da política nacional; o general italiano Duhet, o norte-americano Mitchell, o major americano Seversky, o americano Spykman, ao formular os princípios do atual poder norte-americano, Weigert, ao fazer sua genial síntese geopolítica tão discutida, todos estes apresentando, de forma diversa, a doutrina do Poder Aéreo. É imprescindível mencionar a teoria da conquista do "Espaço Vital", do general-de-divisão e doutor alemão Karl Haushofer, diretor do Instituto de

Geopolítica de Munich e pai da Geopolítica moderna, que era quem afirmava vir a ser a infiltração econômica um meio mais seguro que a conquista militar.

O tratadista sueco Rudolf Kjellén foi quem enquadrou a nova disciplina, ao apresentar a Ciência Política dividida em cinco importantes ramos, um dos quais a Geopolítica é assim definido: "**Ciência do Estado visto como senhor do espaço; visto em relação ao mar, e a outros Estados, e observado nas mudanças de situação, conseqüentes da diminuição de poder de um ou de vários Estados vizinhos, e decorrentes da influência da Geografia na política exterior**".

A Geopolítica considera três tipos de poder: Poder Real, Poder Latente e Poder Prestígio. Poder Real é aquele que pode objetivar-se e é conhecido por todos, abrangendo, entre outros, aspectos referentes ao tamanho de suas forças, a economia nacional, o valor da moeda, os recursos naturais, etc. Poder Latente é aquele que poderá ser mobilizado por um Estado com o empenho total de tudo quanto ele tem disponível. Não é conhecido com precisão, mas pode ser suposto ou calculado dentro de certos limites. Poder Prestígio é aquele atribuído a um Estado, pelos Estados irmãos. Não é conhecido, nem pode ser calculado ou medido. Por essas razões é perigoso. A incógnita e as tentativas de avaliar esse poder estão passíveis de superestima ou de redução. Uma estimativa falsa pode impedir que um Estado escolha uma linha de ação apropriada ou pode precipitá-lo sobre uma escolha fatal.

Existem vários fatores tangíveis, pelo menos em parte, que permitem medir estas três formas de poder. Não é possível atribuir-lhes uma ordem estabelecida de importância, porque eles variam conforme a situação. Devemos, assim, considerá-los como uma integração complexa, e utilizá-los de acordo com a situação em certas características fixas. Sabemos, por exemplo, que a menos que eles concorram em uma combinação perfeita, ou possam ser conseguidos dentro de tal combinação perfeita, está condenada ao fracasso a ambição, de qualquer Estado, de converter-se em uma potência. Sabemos que sua presença ou ausência deve achar-se em equilíbrio com as necessidades e aspiração do Estado, ou do contrário terão de surgir inconvenientes.

Esse Poder Militar, em geral, compõe-se de uma série de elementos diversos, que devem ser levados em conta para sua melhor compreensão. Entre tais elementos surge em primeiro lugar o que poderíamos chamar de **caráter geográfico**; isto é, situação relativa do país ou bloco, configuração física, clima, recursos naturais e extensão territorial. Depois se considera a população, dando valor não somente à quantidade, mas também à qualidade do elemento humano que a compõe. Leva-se em conta, depois, o potencial econômico, os recursos industriais; a isso deve seguir-se uma interpretação das diretivas da política exterior e da organização política e social. E, por fim, os elementos ou fatores propriamente militares, quais sejam: caráter das Instituições Militares, organização e qualidade dos seus Exércitos e Doutrinas de guerra próprias.

Como se vê, nesses fatores do Poder existe uma integração que vai além do geográfico, físico e econômico, ao humano, tal como acontece com a População, a Organização e o Funcionamento da Economia, as Orientações Políticas, as Instituições Militares, e os Meios e Modos postos em uso. No dinamismo que a Geopolítica imprime à Geografia, especialmente como expressão de uma força que se apóia no espaço e no solo para ampliar os Estados em busca do "Espaço Vital", vê-se a

expressão das transformações políticas que ocorrem no Mundo. Por êsse motivo muitos adivinham nela uma arma de guerra e motor de imperialismo. Nesse sentido há uma certa analogia entre a ciência Geopolítica e o que poderíamos chamar de Geografia Militar, pois, se bem que os conceitos daquela ciência tenham sido desencaminhados para fins excusos, êles têm sido aplicados muito útilmente na incontestável realidade das guerras.

Assinala o general La Llave como têm os estudos militares dirigido a renovação dos estudos geográficos, orientando a nova Geografia sôbre mais largos horizontes, em estreita relação com as demais ciências, especialmente a História, a Etnologia, a Economia etc.

Em nosso meio militar pouco se tem escrito sôbre êsse importante assunto. Não levando em conta um ensaio, muito completo embora um tanto elementar, do coronel Tomás Péres Tenreiro ("Resumo de Geopolítica e Noções de Geopolítica Venezuelana") e de outro tratado, extraído e condensado de algumas obras como seu autor explica, intitulado "Fundamentos de Geopolítica", sômente restam alguns artigos soltos, publicados na Revista das Fôrças Armadas.

Para concluir, aceitemos que a Geografia Militar não se limita a descrever teatros de operação, mas se prepara para solucionar todos os problemas criados pela guerra, através de análise, síntese, reprodução e compreensão de tudo aquilo que se convencionou chamar, em terminologia militar, **terreno**.

Diz o Ten-Cel do Exército espanhol, Juan de Zabala Castella: "Tanto na fase que antecede a guerra, e a prepara, como na fase que a sucede e soluciona, têm lugar uma série de fenômenos, cujos determinantes, embora considerados incluídos em diversas esferas do saber humano e percebidos no campo de várias atividades, não podem restar ignorados nos estudos da guerra, desde que esta seja vista, como realmente é, uma integração de fatores, pois sem tal conhecimento não podem ser examinados corretamente os problemas nem lhes podem ser formuladas soluções definitivamente válidas."

Se a mobilização dos recursos e dos meios materiais ocorre nos trágicos instantes que precedem a guerra, a mobilização da cultura, porém, precisa ser feita em tempo de paz. Triste destino o dos países que renunciam conhecer-se a si mesmos.

A finalidade dêste artigo é chamar a atenção sôbre transcendentais problemas da Geografia Militar e da Geopolítica. Limitamo-nos às considerações mais diretamente apoiadas em argumentos geográficos, e sômente em proveito de tais considerações referimo-nos a conceitos técnicos, militares e políticos.

Se algum mérito pode ser encontrado aqui, é êle o fato de terem sido consultadas várias obras, para extrair delas os juízos julgados convenientes.

Nota (1): Os quatro ramos ou aspectos da Ciência Política são, segundo Kjellén:

Cratopolítica — Ciência da Organização Legal do Poder do Estado.

Demopolítica — Ciência da Forma da Organização Política das Massas.

Ecopolítica — Ciência dos Processos de Produção e Consumo.

Sociopolítica — Ciência da Organização Social.

BIBLIOGRAFIA

Valor atual da Geopolítica — Ten-Cel Juan de Zabala Castella, "Ejército", (Espanha), junho, 1955 "Military Review", agosto, 1956.

La Geografía Militar — Ten-Cel C. José Ciaz de Villegas — "Revista Militar do Peru", junho, 1943.

La Base Geopolítica de la Guerra Moderna — Maj T. Hammer — "Military Review", agosto, 1955.

Importância da Geografia — Evoluções dos Estudos Geográficos — Breve Panorama da Geografia Moderna — A Geografia Militar e sua Importância, Maj (Cap) Luís A. Campos Giral — "Revista de las FF.AA.", junho, 1953.

Geopolítica — Conferências do Ten-Cel (EUAN) John E. Kieffer — Suplemento n. 48 — "Revista das Forças Armadas".

Resumo de Geopolítica e Noções de Geopolítica Venezuelana — Cel (Maj) Tomás Perez Tenreiro, 1953.

Fundamentos de Geopolítica — Ten-Cel L. F. Llovera P. — Suplemento n. 26 — "Revista das Forças Armadas".

*
* *

O ESPAÇO COMO FÔRÇA

Ten BOLIVAR E. GUERREIRO C.

(Traduzido da "Revista Militar", Equador n. 1 de 1957 por Carlos Eduardo Tosta)

O estudo dos elementos geopolíticos permite, de uma maneira clara e precisa, às altas autoridades da Nação determinar o "Objetivo Político" e, dessa forma, planificar e orientar tôdas as forças vivas do País, para conseguir seu cumprimento.

Um dos fatores geopolíticos de grande importância que é mister analisar profundamente para obter soluções satisfatórias na condução de um Estado é o "espaço", quando êste constitui uma força.

O espaço para que seja uma força, necessário que reúna os seguintes requisitos: estar habitado, possuir recursos naturais que o façam produtivo e ter uma organização política eficiente; se isto não sucede, seu poder social, econômico e militar seria quase nulo, resultando como consequência destas condições, que a vida de tais Estados seria quase impossível. Êste conceito, em algumas circunstâncias, não se cumpre, porquanto existem pequenos Estados que, por se acharem no meio de duas ou mais potências consideráveis, constituem verdadeiros Estados elevados, que podem guardar sua neutralidade e não ser absorvidos, devido a que se romperia o equilíbrio existente nessa região do planêta.

A primeira e principal condição que temos enunciado para que o espaço seja uma força é possuir uma população quantitativa e qua-

litativamente desenvolvida em relação ao território que abrange; podemos, por esta razão, agrupar os espaços habitados em três grupos que são:

- com grande densidade de população;
- com média densidade de população;
- com reduzida densidade de população.

Ao primeiro grupo pertencem os países que depois de dominar seu território, têm porém um excesso de população, necessitando para poder resolver seus difíceis problemas expandir sua fronteira; de acôrdo com o conceito moderno de que elas não são fixas nem estáticas, senão que, como a pele humana que recobre um membro, aumenta ou se contrai de acôrdo com o crescimento ou deformação do mesmo, razão pela qual, o Estado que possui uma superpopulação, tem que recorrer invariavelmente à obtenção de novos espaços que lhe proporcionem prosperidade e bem-estar.

Para conseguir tal finalidade este Estado emprega em primeiro lugar a diplomacia e, se ela não der os resultados desejados, se verá inevitavelmente conduzido a empregar a força das armas. A expansão pode ser feita de três maneiras:

- A primeira, que se denomina "puntiforme", ou seja quando ela se realiza nos países adjacentes ou fronteiriços;
- A segunda forma de expansão se denomina "difundente" e é quando se efetua em terras distantes (afastadas) e geralmente existe por meio do mar, que é outro elemento geopolítico de grande importância;
- A terceira e última forma é a chamada "puntiforme-difundente", que não é senão a expansão que realiza um Estado tanto nos países fronteiriços, como também em outros que se acham afastados.

Ao grupo de países com densidade média, pertencem aqueles que possuindo uma população não conseguiram, todavia, dominar integralmente seus próprios espaços, sendo o problema de outra natureza para esta classe de países, já que para eles o território não tem o caráter vital, como no caso anterior, e estes Estados podem subsistir sem pretender expandir suas fronteiras.

Todavia, existem ocasiões nas quais podem realizar conquistas ou expansões quando interessem matérias-primas essenciais para o normal desenvolvimento deste povo, ou também quando busquem a obtenção de lugares de importância estratégica ou favoráveis ao seu tráfico "geovial".

Para os países com reduzida densidade de população, como são quase todos os países sul-americanos, o problema consiste em obter um aumento da pressão demográfica, seja por meio de uma imigração perfeitamente planejada e estudada, seja pelo desenvolvimento técnico do crescimento da população.

Indubitavelmente para a resolução destes problemas os Estados teriam necessidade de realizar amplo investimentos de capitais, que com o correr dos tempos ficariam reduzidos em comparação aos enormes benefícios de caráter econômico, etnográfico e militar que obteriam com este procedimento.

IV — BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Major OCTAVIO TOSTA

I — REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (Conselho Nacional de Geografia): 27 x 18 cm.

De janeiro de 1939 a dezembro de 1957.

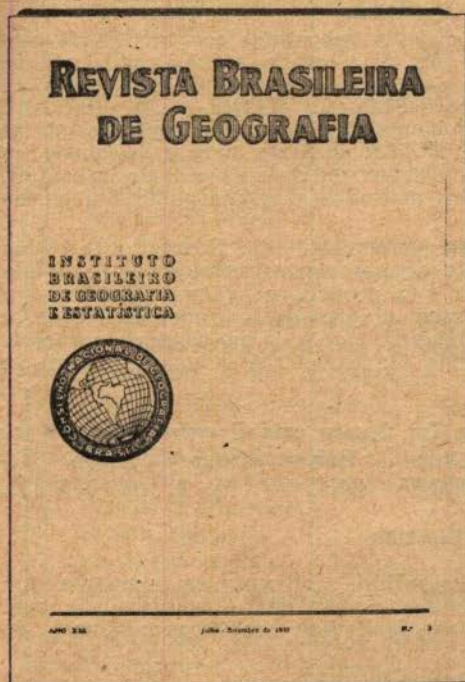


Figura 1

1. Geopolítica e Geografia Política — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: ANO IV, N. 1 — pp 21/38, 4 fig.

SUMÁRIO

1. (Introdução).
2. ETIMOLÓGICAMENTE.
3. HISTÓRICAMENTE.
4. CONFLITOS DE INTERPRETAÇÃO.
 - a. Conflitos da Geopolítica com a História.
 - b. Conflitos da Geopolítica com a Política Geral.
 - c. Conflitos da Geopolítica com a Geografia Política.
5. ALGUNS EXEMPLOS

FIGURAS

- 1) Reprodução da capa e página de rosto das obras fundamentais de Rudolf Kjellén.

- 2) Esquema das relações da Política e Geopolítica com as ciências afins.
- 3) Fotografia de Frederico Ratzel.
- 4) Fotografia de Karl Haushofer.

RESUMEN

El autor de este artículo, profesor Everardo Backheuser, por haber sido, en 1925, el primer divulgador en el Brasil de las ideas del pensador sueco Rudolf Kjellén creador de la *geopolítica* se julga en el deber de traer algunos esclarecimientos sobre la confusión que muchos hacen de esa ciencia sea con la geografía política, sea con la política propiamente dicha.

Informa, entonces, que por la etimología la palabra *geopolítica* está en paralelo con la geofísica, geoquímica, geobélica, geopsíquica, etc., luego, por analogía con aquellos términos, debe ser definida como "la política hecha en consecuencia de las condiciones geográficas". Es, pues, "parte de la política, y no de la geografía".

Pasa después a tratar históricamente la génesis de las confusiones. Resume el pensamiento de Kjellén y las interpretaciones que le dieron los geógrafos que las circunstancias han hecho ser los pioneros de la geopolítica. Recuerda que el órgano central de la nueva idea ensanchó los horizontes de la geopolítica de Kjellén a punto de confundir la parte con el todo, la geopolítica con la política.

Da detalles de los conflictos de la geopolítica con la historia contemporánea, con la política y con la geografía política, refiriendo se abundantemente a autores que defienden cada uno de los puntos de vista, principalmente, K. HAUSHOFER, O. MAULL e H. HENNIG. Contrabalanceando todas esas opiniones llega a la conclusión que no se debe huir de la definición de KJELLÉN, bastante clara y elucidante, es decir, de que la geopolítica es solamente una de las ramas de la política, no siendo lícito darle equivalencia ni con la geografía política ni mucho menos con la política general.

Para hacer aun más claro su pensamiento trae el autor a discusión varios ejemplos de la manera de encarar ciertos asuntos bajo el punto de vista de la geografía política y la geopolítica: división territorial y localización de la capital del Brasil, el plan de las redes de viación y de la construcción de puertos en nuestro País, y de modo general, la teoría del "espacio" que es a un tiempo fundamental a la una y la otra de aquellas dos ciencias.

2. **Geopolítica: The Struggle for Space and Power (Geopolítica: A luta por Espaço e Poder) — Robert Strasz — Hupé. Comentário p. JORGE ZARUR: ANO IV, N. 4, pp 849/852.**

RESUMO

Segundo o comentarista, Strasz-Hupé apresenta em seu livro um "sumário do pensamento geopolítico e aproveita a oportunidade para fazer uma crítica dos usos, abusos, limitações, problemas e triunfos do novo método de um velho jogo".

Dentre os capítulos do referido livro destacam-se:

Espaço e Poder;
O Mito e a Ciência;
Os Tipos Geográficos.

Há, também, estudos dedicados à Ásia Central, Insulíndia e América Latina.

3. **Geografia Política na Geopolítica (Recentes Tendências na Alemanha)** — GEORGE KIS (Trd. da "The Geographical Review" N. 4, de 1942, p. Germano Jardim): ANO IV, N. 4 — pp 853/862.

SUMÁRIO

1. (Introdução sobre a formação do pensamento político alemão) "... selecionar um objeto preciso, determinar, pelo estudo minucioso, os meios adequados para alcançá-lo, descartar-se da hesitação e do ceticismo no momento da ação, entregar-se inteiramente à tarefa; é a derradeira lição da doutrina de Kant". ALBERT RIVAUD: *Les Crises Allemandes*.
 2. FILOSOFIAS KANTIANA E HEGELIANA.
 3. GEOGRAFIA POLÍTICA DE RATZEL.
 4. A INFLUÊNCIA DE MACKINDER.
 5. OS DISCÍPULOS DE RATZEL.
 6. INFLUÊNCIA DE KJELLEN.
 7. HAUSHOFER E SUA ESCOLA.
4. **Atlas de Geopolítica (Fr. Braun e A. H. Ziegfeld)** — DELGADO DE CARVALHO: ANO V, N. 1 — pp 113/126, 16 fig.

FIGURAS

1. Carta da Europa na época da pedra polida mostrando a localização das várias culturas.
 2. Natalidade na Europa.
 3. Superpovoamento da Alemanha e rarefação humana no Leste.
 4. Migração no sentido Este para Oeste no Reich em consequência da industrialização.
 5. Povos e raças como grupos de potências.
 6. Representação das principais potências segundo as unidades econômicas.
 7. A língua como expressão de potência.
 8. O "cinturão do diabo" na Europa Oriental.
 9. Representação das comunidades supnacionais.
 10. Domínio efetivo das grandes potências.
 11. Domínios legais das grandes potências.
 12. O Pacífico, "Oceano das decisões". A carta mostra as zonas de influência japonesa e norte-americana no Pacífico.
 13. O Mar Mediterrâneo.
 14. Oceano Índico.
 15. Potências mundiais e unidades econômicas.
 16. Migrações dos povos na época atual.
5. **Considerações Geopolíticas Sobre os Recursos Minerais do Brasil (Capítulo de "Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira")** — SÍLVIO FRÓIS ABREU, Prof., ANO VII, N. 1 — pp 97/129, 4 fig.

SUMÁRIO

1. (Introdução). Nesta parte o autor explica que o termo Geopolítica é usado (no artigo) "na concepção pura de Rudolf Kjellen,

explicada por Backheuser como tendo por objeto de investigação o país ou o solo, exclusivamente nas suas relações políticas e antropogeográficas”.

Além de outras considerações, o autor afirma que procurou, no trabalho, “dar aos que se interessam pelo futuro do País uma idéia exata do que temos realmente de utilizável no solo, como nos parece mais adequado utilizar esses valores e — isso é muito importante — o que ainda precisamos descobrir e explorar para assegurar ao Brasil uma perfeita estabilidade, como potência econômica e como nação civilizada”.

2. Ouro; 3. Ferro; 4. Carvão; 5. Manganês; 6. Chumbo; 7. Cobre; 8. Alumínio; 9. Estanho; 10. Cromo; 11. Níquel e Cobalto; 12. Cimento; 13. Cristal de rocha; 14. Mica; 15. Magnesita; 16. Enxôfre; 17. Tungstênio; 18. Molibdeno; 19. Antimônio; 20. Prata; 21. Zinco; 22. Bismuto; 23. Titânio; 24. Monazita; 25. Zircônio; 26. Mercúrio; 27. Lítio; 28. Arsênico; 29. Vanádio; 30. Flúor; 31. Tântalo e Colômbio; 32. Amianto; 33. Diatomito; 34. Baritina; 35. Gipsita; 36. Feldspato; 37. Caulin; 38. Berilo; 39. Petróleo e gás natural; 40. Sal-gema; 40. Diamantes.

FIGURAS

1. A marcha do café no Estado de São Paulo.
2. Produção nacional de ferro, gusa e aço.
3. Produção e importação de carvão mineral.
4. Mapa localizando a zona petrolífera do Recôncavo da Bahia.

RESUMEN

En el presente capítulo, intitulado “Consideraciones Geopolíticas acerca de los Recursos Minerales del Brasil”, el autor da la orientación a seguirse en la política económica, en lo que atañe a la producción mineral del País. Condena el nacionalismo exagerado que, sin una base sólida, declara que todo poseemos, sino que también el que busca la autosuficiencia y evita el intercambio comercial y la colaboración extranjera. Habla sobre las dificultades que encuentra la explotación mineral en ciertos lugares, tales como la distancia de los centros consumidores, los insectos y la falta de agua.

Estudia las relaciones entre la estructura geológica y los suelos agrícolas, concluyendo que nuestros suelos ricos no cubren una área muy extensa en relación a la de nuestro territorio.

Comienza el análisis de la situación presente de nuestra producción mineral y de sus posibilidades, por los minerales utilizables en la agricultura como abonos. En seguida, extiende ese análisis a todos los minerales importantes para la economía brasileña.

6. Geografia e Nacionalismo: Uma Discussão — JMCL — Ano VIII, N. 1 — pp 133/138.

RESUMO

Comentário sobre polêmica travada pelos Professores Harold A. Innis e J.O.M. Broek. O debate resultou de um convite dirigido pela “Geographical Review” ao Professor Innis, a propósito da sessão conjunta da Association of American Geographers e da American Historical Association, prevista no programa para a assembléia de 1942 da primeira, sobre The Historical Approach to Geopolitics — para que passasse em revista algumas obras recentemente publicadas sobre o assunto.

Terminando o artigo, o autor apresenta as seguintes conclusões:

“O que o Professor Innis sustenta “é a independência da investigação científica e a fidelidade dos homens de ciência aos princípios desta.

A ciência não deve tomar compromissos ou servir aos interesses, ou de um partido, ou de uma classe, ou de um grupo nacional. Os homens de ciência investigam no *interesse da ciência unicamente*, sem olhar ao que se passa no mundo político e moral."

"Na tese do Professor Broeck, predomina o espírito utilitarista ou pragmatista. Argumenta ele que o nacionalismo sendo, como é, um fato cultural inelutável, ao geógrafo incumbe estudar-lhe os aspectos geográficos, encarando-o como um fenômeno tão natural como os fenômenos físicos. Não considera os princípios mas os resultados. Portanto, segundo ele, a geopolítica deve existir, tem uma missão específica e não há como prescindir dela. O geógrafo não pode, no momento, ignorar o nacionalismo, sobrepor-se a ele, sob pena de conservar-se na atitude artificial de um idealista puro."

II — BOLETIM GEOGRÁFICO (Conselho Nacional de Geografia): 23 x 16 cm.

De abril de 1943 a dezembro de 1958.

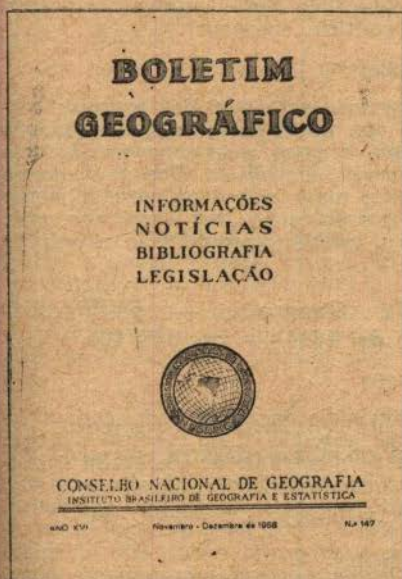


Figura 2

política". Nas conceituações sobre a nova ciência, o autor emite alguns conceitos sobre posição, espaço e forma. Na última parte do trabalho há referências à teoria do "grau de cultura" apresentada por Backheuser.

1. Geografia e Estatística — DELGADO DE CARVALHO, Prof.: (Transcr. da "Revista Bras. de Estatística" N. 10, de 42) N. 2, de 1943 — pp 9/18.

RESUMO

O autor, após algumas considerações sobre estatística e geografia física, passa ao campo da geografia humana. Admite que o "campo sistemático da geografia humana se acha iluminado pelos focos representados pelas diferentes ciências sociais": antropologia, sociologia, ciência política, economia política. Declara que "existe uma quinta ordem de problemas que surgem aos poucos no campo da geografia humana". Estes problemas "resultam" da evolução histórica condicionada pela própria configuração das terras e dos mares. Esta nova apresentação na nossa sistemática é a geo-

2. Geopolítica (O espantoso desenvolvimento de um sistema científico que um inglês inventou, os alemães usaram e os americanos precisam usar — JOSEPH J. THORNDIKE JR. (Trd. do "Life" de 21 Dez 42, p. Orlando Valverde e Jorge Zarur, Profs.): N. 6, de 1943 — pp 15/26, 4 fig.

SUMÁRIO

1. (Introdução).
2. MACKINDER E A "TERRA-CORAÇÃO" (HEARTLAND).

3. O MISTÉRIO DE HAUSHOFER.
4. UMA DAS MANIAS DO FUEHRER.
5. ELE PREDISSE A QUEDA DE SINGAPURA.
6. OS GEOPOLÍTICOS DESPREZAM A AMÉRICA.
7. COMO O PODER AÉREO MUDA O QUADRO.
8. AONDE OS GEOPOLÍTICOS TÊM RAZÃO.
9. A POLÍTICA EXTERIOR DOS ESTADOS UNIDOS.

FIGURAS

1. "O Império Britânico, espalhado pelo globo, foi uma perfeita estrutura geopolítica durante a idade do poder marítimo. O contróle estava entregue a uma esquadra com bases num certo número de pontos estratégicos em torno das extremidades das massas de terra".
2. "O Mundo de Mackinder se vê melhor neste planisfério de Mercator. O Mundo-Ilha consiste de uma Terra-Coração cercado por um arco de terras costeiras. Atrás delas ficam as ilhas distantes".
3. "Zonas geopolíticas com interesses e problemas comuns".
4. "Uma vista aérea, com centro no Pólo Norte, mostra um quadro do mundo muito diferente do dos geopolíticos europeus".

RESUMO

O autor, após tratar de forma bastante agradável dos assuntos contidos nos diversos títulos, conclui o seu interessante artigo afirmando que "qualquer que seja a política que o povo americano escolha, ela deve derivar de um conhecimento seguro da geopolítica. Porque nenhuma política resultará num mundo estável e numa paz duradoura, a menos que esteja baseada nos fatos geopolíticos da terra. Por isso é que, quer queiramos quer não, somos forçados a estudar geopolítica e a agir de acôrdo com o que dela aprendermos".

3. Os Fatos Fundamentais da Geografia — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: N. 16, de 1944 — pp 399/403.

RESUMO

Estudo sintético dos "fatos fundamentais da geografia": *espaço*, localização (*posição e situação*) e *domínio* (riquezas). Ao concluir o artigo, o autor declara que aqueles conceitos fundamentais de Geografia correspondem "às três grandes chaves de classificação da antropogeografia, habitualmente aceitas pelos tratadistas". Os *fatos de espaço* equivalem, em linhas gerais, aos da *geografia política*. "Os fatos de posição ou situação correspondem, em sua maioria, à *geografia social*, isto é, àquilo que muitos reservam o nome de *geografia humana* propriamente dita". "Os fatos de domínio são, quase sempre de *geografia econômica*".

4. A Geopolítica das Nossas Fronteiras — LIMA FIGUEIREDO: N. 23, de 1945 — pp 1689/1690 e N. 25, de 1945 — pp 46/47.

RESUMO

O autor inicia o artigo declarando que "examinando-se o nosso linde, verificamos que ainda há trechos completamente neutros, por não terem sido ainda desbravados, impedindo um jogo de interesses entre os países colidantes". Examinando alguns trechos de nossa fronteira mostra vantagens ou prejuízos sob o aspecto econômico. Ao encerrar o artigo o autor admite que "seria bom que seguissemos o exemplo desassombrado dos nossos bravos avós lusitanos, pois, segundo Jacques Ancel, a fronteira é uma isóbara política que fixa, por algum tempo, o equilíbrio entre duas pressões".

5. **Geopolítica e a Política Geográfica (Trecho de um discurso)**
— F. A. RAJA GABAGLIA : N. 25, de 1945 — pp 40/42.

RESUMO

O autor, ao fazer algumas considerações sobre a geografia declara que "de não menor interesse é, para as ciências geográficas, a discriminação dos fatos que constituem a última criação da Geografia no século XIX, a Geografia Política, à margem da qual, já no nosso século, sociólogos, juristas e políticos fundaram e desenvolvem novo campo de doutrina, a Geopolítica". Apesar do autor afirmar que "é incontestável a influência do fator geográfico na política", não chega a caracterizar o que denomina de "política geográfica".

6. **Alguns Conceitos Geográficos e Geopolíticos — EVERARDO BACKHEUSER, Prof. :** N. 40, de 1946 — pp 403/409.

SUMÁRIO

1. CONCEITO FUNDAMENTAL DE GEOGRAFIA E DE GEÓGRAFO.
2. CONCEITO DE GEOPOLÍTICA E DE GEOPOLÍTICO.

Nesta parte, o autor declara que "há, sem dúvida, homens de governo que ignoram às vezes, quase por completo, a Geografia do Brasil. A esses não se pode chamar de estadistas. São pessoas indevidamente ocupando lugares de destaque sem o correspondente merecimento, para tal. E por isso mesmo estiolam a inteligência, quando a tenham, em exhibições de verbalismo, sem jamais se altearem ao exame dos problemas nacionais. Os homens públicos que se afaínam na documentação geográfica possuem sempre visão mais clara dos interesses do Brasil e estão em condições de cooperar para o desenvolvimento da nação".

"A Geografia torna-se, como bem se pode depreender do exposto, auxiliar de poderoso quilate para a Política. E aqueles estadistas que mais freqüentemente aplicam seus ensinamentos são chamados geopolíticos".

7. **Doutrinas Geográficas na Política — J. GOTTMAN, Prof. (Trd. da primeira parte do livro "Les Doutrines Politiques Modernes", Bretano's Inc — p. João Milanez da Cunha Lima) :** N. 54, de 1947 — pp 649/658.

RESUMO

O autor manifesta nitida oposição às doutrinas de Ratzel e declara-se partidário de Vidal de la Blache. Refere-se às concepções apresentadas por Mackinder em "Ideais Democráticos e a Realidade" e "Estudos sobre Política de Reconstrução". Mostra como o termo "Geopolitik" surgiu com Kjellén na Suécia e como a nova doutrina foi adotada na Alemanha de Hitler por Haushofer, Otto Maul e Hennig. Declara que "os geógrafos franceses foram os primeiros, por efeito mesmo de sua proximidade, que se aperceberam dos perigos da geopolítica" e, como exemplos, cita: Alberto Demangeon, Jacques Ancel e outros. O autor, apesar de reconhecer que, mesmo nos Estados Unidos houve adeptos da Geopolítica (Spykman), afirma que "os progressos desse estado de espírito logo despertaram a reação da grande escola de Geografia Política americana". Concluindo o artigo, declara que "o triunfo da máquina parece dever conduzir-nos de um materialismo desenfreado na política a aspirações mais abstratas".

8. **A Geopolítica — F. A. RAJA GABAGLIA**, Prof.: N. 54, de 1947 — pp 692/697. (Aula dada no Curso de Informações Geográficas, promovido em julho de 1947, pelo CNG).

SUMÁRIO

1. GEOGRAFIA E POLÍTICA.
2. EPIGONOS GEOPOLÍTICOS.
3. A OBRA DE KJELLEN.
4. IMPERIALISMO E GEOPOLÍTICA.
5. GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA.
6. PROBLEMAS NACIONAIS.

Nesta parte do trabalho, o autor afirma que o "objetivo da Geopolítica consiste no estudo dos problemas do Estado à luz dos conhecimentos geográficos". Cita alguns problemas "que a Geopolítica tem que examinar e estudar em nosso país" e termina declarando que "vasto e pouco povoado, carente de transportes e de imigrantes, cabe ao Brasil explorar suas riquezas e pôr a serviço da civilização, nas mais variadas formas, as forças naturais, com que há de sustentar o seu domínio no ar, nas águas e nas terras".

9. **A Geografia Científica na Alemanha no Período de 1933 a 1945 (Uma Crítica e uma Prestação de Contas) — C. TROLL** (Trad. dos quatro primeiros capítulos do artigo "Die Geographische Wissenschaft in Deutschland in Den Jahren 1933 bis 1935" publicado na Revista "Erdkund", Band I, Lfg 1-3, 1947 — p. W. A. Egler, Prof.): N. 82, de 1950 — pp 1116/1130 e N. 83, de 1950 — pp 1269/1282.

SUMÁRIO

- A) N. 82, de 1950:

I — INTRODUÇÃO PARA UMA DISSERTAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ESPIRITUAL NA ALEMANHA.

1. AS TENTATIVAS DE UMA INFLUÊNCIA NACIONAL SOCIALISTA.
2. A ORGANIZAÇÃO DA GEOGRAFIA ALEMÃ.

- B) N. 83, de 1950:

II — (Introdução).

3. GEOPOLÍTICA — A TRAGÉDIA DE UMA DOCTRINA E DE UMA FAMÍLIA.
4. A CONCEPÇÃO GERAL DA GEOGRAFIA CIENTÍFICA.

RESUMO

Na parte intitulada "Geopolítica — a tragédia de uma doutrina e de uma família", o autor mostra como, em 1924, surgiu na Alemanha essa nova doutrina e apresenta as principais fases do seu desenvolvimento no 3º Reich. Refere-se a O. Maull, E. Obst, H. Lautensack, K. Sapper, F. Termer e H. Hassinger como tendo sido os principais colaboradores de Haushofer. Declara que "a influência política de K. Haushofer foi durante a guerra superestimada no estrangeiro e esclarece que "êste modo de pensar surgiu principalmente pela suposição de que o Acôrdo Ribbentrop — Molotov, de 23 de agosto de 1939, tivesse sido "um triunfo do mestre da geopolítica sobre a cambada anti-russa de A. Rosemberg e de que o acôrdo remontasse à forte influência que realmente as idéias

de Sir Halford Mackinder tiveram sobre Haushofer". Manifestando a sua oposição à Geopolítica, o autor afirma na parte final do capítulo que "os grandes problemas político-geográficos dos povos e dos governos poderão encontrar a sua solução mediante o emprego dos métodos de eficiência comprovada dos ensinamentos políticos, sociais e econômicos da história, geografia e folclore. Além disso, para a solução de questões que são tão velhas como a formação dos Estados políticos não há necessidade alguma de se criar novos lemas enfáticos".

10. Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados — EVERARDO BÄCKHEUSER, Prof.: N. 88, de 1950 — pp 419/430.

SUMARIO

1. (Introdução).
2. LEI DO MENOR ESFÔRÇO (Mauß) — "A dilatação do espaço político se processa de preferência pelas linhas de menor resistência, quer física, quer demográfica".
3. LEI DA OPORTUNIDADE (também de Mauß) — "As conquistas se efetivam nos momentos politicamente favoráveis".
4. LEI DO NÍVEL DE CULTURA (Ratzel e Backheuser) — "A necessidade de espaço cresce com a cultura do Estado".
5. LEI DOS ESPAÇOS PEQUENOS (Ratzel e outros) — "Os Estados de pequena área, cujos povos possuam porém grande vitalidade, tendem a dilatar o espaço de que inicialmente dispõem".
6. LEI DO ARREDONDAMENTO DO ESPAÇO POSSUÍDO (Ratzel e Dix) — "Em seu crescimento, os Estados tendem a absorver valiosos setores políticos".
 - a) Posse de uma bacia hidrográfica.
 - b) Acesso ao mar nos países não marítimos, ou acesso a mais de um mar, nos países já banhados por ele em um dos seus lados.
 - c) Domínio de todas as margens de um mesmo mar.
 - d) Posse de rotas comerciais e de bases militares.
7. LEI DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (Ratzel e Supan) — "A tendência para anexar territórios (e ulteriormente assimilá-los) cresce à proporção que novas aquisições são feitas; e realizadas estas, aumenta a intensidade dos novos impulsos de conquista".
8. LEI DA PENETRAÇÃO PACÍFICA (Ratzel) — "O crescimento dos Estados acompanha outras manifestações dos povos, as quais devem, via de regra, preceder a realização da conquista efetiva".

— COROLÁRIO — "A penetração pacífica será tanto mais frutuosa para o Estado conquistador quanto menor o nível de cultura existente no país conquistado" (Backheuser).
9. LEI DA ASSIMILAÇÃO (Ratzel) — "O crescimento dos Estados provém da adição e assimilação de pequenas porções, em regra, umas após as outras".
10. LEI DA RETRAÇÃO E ATOMIZAÇÃO (Mauß) — "Na fase de declínio dos Estados, ou o espaço se retrai para o núcleo originário, ou se processa o despedaçamento que pode atingir, com o tempo, verdadeira atomização estatal".
11. LEI DA OSCILAÇÃO RÍTMICA (Backheuser) — "Os períodos de existência de um único Império, ocupando toda a ecúmene da época, e a de vários Estados de poder equilibrado se tem sucedido intercaladamente na História da Humanidade".

— COROLÁRIO — "A organização geopolítica do mundo tende para um Império Único ocupando todo o orbe terráqueo".

11. **O Nosso Fatalismo é Ingênito — EVERARDO BACKHEUSER.**
 Prof.: N. 100, de 1951 — pp 340/345.

SUMARIO

1. O HOMEM E O CLIMA
 - a) Os dois tipos de ambiente geográfico do Brasil
 - b) Confrontos e comparações com a África
 - c) Um parentesco climático
 - d) O nirvanismo do brasileiro
2. A EQUAÇÃO GERAL DO BRASIL
 - a) O nosso fatalismo tem cura
 - b) Espaço e posição
 - c) Solo e clima
 - d) Sangue novo e "ginástica"

(O artigo constitui um capítulo do livro de Everardo Backheuser intitulado "A Estrutura Política do Brasil — Notas Prévias", Mendonça & Machado, editores — Rio de Janeiro, 1926).

12. **Clima e Civilização: Teoria do Grau de Cultura — EVERARDO BACKHEUSER.** Prof.: N. 101, de 1951 — pp 483/491.
 1 fig.

SUMARIO

1. SAINDO DO EQUADOR
2. NO MEDITERRÂNEO
3. CHOQUE DAS COLUNAS
4. NAS REGIÕES CICLÔNICAS
5. NAS REGIÕES CHAMADAS HOSTIS À CIVILIZAÇÃO
6. DECLÍNIO DA EUROPA
7. VARIAÇÃO NO TEMPO
8. LEIS DO GRAU DE CULTURA :
 - 1ª lei — A velocidade de dilatação do ecúmeno é dominada por um dado centro geográfico é função do grau de cultura da época.
 - 2ª lei — O "optimum" de valor de uma "posição geográfica" ("Lage" de Ratzel) varia com o grau de cultura da humanidade.
 - 3ª lei — A trajetória geográfica da civilização indica, por extrapolação, que ela voltará ao equador.
- Obs.: 1) Na figura apresentada no artigo observa-se a marcha da civilização na direção do equador e, em particular, da América do Sul;
- Obs.: 2) O artigo constitui um capítulo da obra citada de Backheuser.

13. **Aspectos Geopolíticos de Nosso Território (Transcr. do "Jornal do Brasil" de 5 Jul 51) — MEIRA MATTÓS: N. 105.**
 de 1952 — pp 48/49.

RESUMO

O autor analisa algumas vantagens das grandes áreas. Refere-se à tese de Whittlesey sobre as influências que os grandes espaços exercem

na mentalidade dos povos que os possuem. Cita a afirmação de Backheuser sobre "os perigos do esfacelamento pela atuação de forças centrífugas nas zonas extremas". Admite que no Brasil há, atualmente, três zonas que estão submetidas à atração de interesses absorventes de fora para dentro: o saliente nordestino, a foz do Amazonas e o Rio Grande do Sul. Finalmente, aponta os seguintes remédios contra os perigos do centrifugismo brasileiro: 1) melhor divisão territorial; 2) melhor localização da capital da República; e 3) fortalecimento das fronteiras.

14. **A Nova Concepção da Geografia. Ciência Antiga e Moderna** — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: N. 107, de 1952 — pp 208/215.

SUMÁRIO

1. CIÊNCIA ANTIGA E MODERNA
2. O HOMEM COMO AGENTE GEOGRÁFICO
3. UMA NOVA DEFINIÇÃO DE GEOGRAFIA
4. CIÊNCIAS CORRELATAS (nesta parte, o autor mostra que "cada época histórica tem a sua fisionomia antropogeográfica ou geopolítica").
5. A ESPECIALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Obs. 1) O artigo constitui um capítulo da obra citada de Backheuser. Também publicado in "Scienza" — "Revue Internationale de Synthèse Scientifique" — Milano, Itália).
2) Constituiu conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro ao se inaugurar, em 1926, o Curso Livre de Geo. Sup.

15. **A Política e a Geopolítica, Segundo Kjellén (Os Primeiros Passos)** — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.: N. 110, de 1952 — pp 534/539.

SUMÁRIO

1. OS PRIMEIROS PASSOS
2. ALGUMAS DEFINIÇÕES
3. AS SUBDIVISÕES DA POLÍTICA
4. ALARGANDO HORIZONTES
5. O ESTADO COMO SER VIVO.

O autor, iniciando o artigo admite que "a Geopolítica é uma parte da Política". Mostra como o neologismo surgiu com Kjellén. Conceitua o termo Estado e apresenta os cinco modos diferentes pelos quais a Política estuda o Estado. Encerrando o artigo, afirma "quão importante é o conhecimento exato do país para o desenvolvimento eficiente dos sentimentos da nação e das idéias políticas dos governantes que se queiram bem orientar".

- Obs.: 1) o artigo faz parte da citada obra de Backheuser;
2) constituiu conferência realizada em 1926.

16. **O Mundo Redondo e a Conquista da Paz** — HALFORD J. MACKINDER (Trd. do "The Foreign Affairs Reader". New York, 1947 — p. Lidnéa Barata Bessadas): N. 118, de 1954 — pp 80/84, 1 fig.

RESUMO

O autor caracteriza o *Heartland* (parte norte e interior da Eurásia) como sendo: 1) "a mais ampla extensão de terras baixas da face do

globo"; 2) a região da qual fluem alguns grandes rios navegáveis, vários dos quais para o norte e para o oceano Ártico e são inacessíveis ao oceano; 3) uma zona de prados que apresenta condições ideais para o desenvolvimento de grande mobilidade. Mostra que "o território da URSS é equivalente ao *Heartland*, exceto numa direção". Compara a França com a URSS e apresenta as vantagens desta sobre aquela. Admite que "as vastas potencialidades do *Heartland* estão estrategicamente bem localizadas" e que a URSS possuía condições para se colocar como a maior potência terrestre do globo. Finalmente, apresenta alguns conceitos (ponto de apoio do mundo, *Midland Ocean* — Atlântico Norte, linha dos desertos, região de florestas tropicais e terras monçônicas) com os quais admite a possibilidade de se obter, no mundo, um equilíbrio de poderes.

Obs.: A figura apresenta o "Heartland" de Mackinder, a alavanca do poder, a linha dos desertos e as cabeças de ponte da França e da Inglaterra.

17. **Geopolítica para o Soldado** — WILLIAM R. KINTNER, Ten-Cel (Trad. do "Infantry Journal" de Agô 47, p. De Paramho Antunes, Ten-Cel): N. 119, de 1954 — pp 202/206.

SUMÁRIO

1. (Introdução)
2. ESPAÇO (A Influência Exercida pelo Homem sobre o Espaço)
3. POPULAÇÃO (O Poder Resulta da Ação do Fator População sobre o Fator Espaço).
4. ECONOMIA (Economia = Espaço + População).
5. GOVERNO
6. IDEOLOGIA

RESUMO

O autor inicia o artigo afirmando que "um conhecimento sólido acêrca de assuntos internacionais é condição indispensável ao perfeito soldado". Admite que a Geopolítica é um método para medir-se o real poderio de alguma ou de todas as nações. Conceitua êsse novo ramo de conhecimentos como sendo *a ciência que interpreta a história das nações, explicando o motivo pelo qual algumas delas se tornam fortes e outras se enfraquecem*. Analisa os seguintes elementos do poder: espaço, população, economia e govêrno. Dedicar a última parte do trabalho à ideologia e afirma que "sobre e acima de todos êstes elementos do poder está a ideologia". Admite também que a ideologia é a centelha que anima a estrutura nacional inteira e determina os objetivos da política". Finalizando o artigo, declara que "o fluxo do poder será a única estabilidade que o pesquisador encontrará. Mas a Geopolítica permite-nos interpretar êste fluxo e compreender as significações do mesmo".

18. **Geopolítica e Moral Internacional** — Pe. EDMUNDO WALSH (Trad. do espanhol p. Therezinha de Castro): N. 120, de 1954 — pp 304/318, 1 fig.

RESUMO

O autor inicia o trabalho admitindo que a Geopolítica "é um estudo combinado de geografia humana e da ciência política aplicada". Mostra que Aristóteles (384 — 322 AC) já assinalava "a dependência da ciência política à Geografia". Cita Estrabão (63 AC — 21 DC), Alberto Magno (1206 — 1280), Montesquieu (1689 — 1755), Karl Ritter (1779 — 1859), Emanuel Kant (Séc. XVIII), Von Bulow (começos do séc.

XIX) como geopolíticos autênticos. Refere-se à geopolítica do Japão como sendo uma "política imigratória". Estuda, com bastante desenvolvimento, a ação da Geopolítica na Alemanha de Hitler e afirma que, na época, a nova ciência se converteu "num dinâmico eixo transmissor da mecânica de governo". Mostra como o "Índice Estratégico" de Haushofer "se converteu num arquivo sistemático que envolvia o mundo inteiro" e abrangia informes de cinco fontes:

- 1) O serviço diplomático alemão, que proporcionava informações de caráter geral;
- 2) O Instituto Estrangeiro dos Alemães no Exterior com sede em Stuttgart, onde estavam arrolados os nacionais e germânicos residentes no exterior e que formavam uma vasta rede de detalhada espionagem;
- 3) Seção V-A-1 da Divisão Exterior da Gestapo, que supervisionava consignações de espionagem difícil;
- 4) Os agentes do Dr. Goebbels distribuídos nas agências alemãs de turismo e nas linhas de vapores, aos quais competia a tarefa de analisar a imprensa estrangeira com o objetivo de determinar as formas mais efetivas de propaganda;
- 5) Especialistas geopolíticos: uma miscelânea de homens de ciência, historiadores, naturalistas, sociólogos, economistas, educadores, geógrafos, cartógrafos, agrônomos, oceanógrafos, especializados em estatística, turistas camuflados e outros exploradores do *lesbenraum*, que, penetravam em todos os rincões do globo e se informavam sobre seus aspectos significativos.

O autor julga que a geopolítica alemã "foi a culminação lógica de um processo de secularização das mentes e instituições culturais que se acha em processo desde o Renascimento até a Revolução Industrial". Mostra a influência de Fichte, Hegel, Treitsch, Nietzsche, Houston Stewart Chamberlain, Rosenberg e outros nesse processo de "incubação" de convicções nos destinos da Alemanha. Finalmente, na conclusão do artigo, observa-se a seguinte advertência: "não vos esqueçais de que Moscou se encontra muito mais perto do pulso da Eurásia, Índia e China que Londres e Washington".

Obs. A figura apresenta 28 símbolos utilizados em mapas ou gráficos de Geopolítica.

19. Posição da Geopolítica — WALDYR DA COSTA GONDOLPHIM, Maj (Transcr. da "Revista do Clube Militar" — N. 130, de 1954): N. 127, de 1955 — pp 418/422.

RESUMO

O autor, ao iniciar o artigo, faz referências a trabalhos do Gen Jayme Riveiro da Graça sobre Geopolítica. Cita as seguintes "significações" da Geopolítica apresentadas no livro de Spykman "Geography of Peace": a primeira, da Escola Alemã, que admite a Geopolítica como sendo "a base de uma filosofia da História"; "a segunda, como sinônimo da Geografia Política, destinada a descrever, não só a estrutura individual dos Estados, como também o mundo em termos das suas subdivisões políticas"; "finalmente a terceira, que aplica a palavra ao planejamento da segurança política de um país em termos de seus fatores geográficos".

Analisando o termo Geopolítica, o autor cita conceituação emitida pelo Gen Poly Coelho na conferência intitulada "Da Geografia antiga à Geopolítica". Analisa o conceito metafísico do "Estado organismo" e

afirma que "as teorias de justificação procuram a origem e a essência do Estado através desses três elementos morfológicos" (Povo, Território e Governo). Apresenta as seguintes "teorias de justificação": 1) Escolas Teológicas; 2) Escola Patriarcal; 3) Escolas Individualistas; 4) Escola Histórica; 5) Escola Orgânica; 6) Escolas de Soberania; 7) Escola do Equilíbrio Social.

Na parte final do trabalho emite os seguintes conceitos: "Os métodos que a Geopolítica emprega são, principalmente, o geográfico e o histórico. A Geografia cabe fixar as características do espaço, posição, situação e domínio para, depois, socorrendo-se da História, esboçar as leis científicas sobre a formação, crescimento, valorização, decadência e fim dos Estados. Os dois processos, coordenados, vão procurar as relações de causa e efeito, para depois estabelecerem a marcha da evolução dos fenômenos e, portanto, sua previsão". "Como todo ramo de conhecimentos, a Geopolítica tem caráter de ciência pura e de ciência prática". "Ai, ela se confunde com a arte". "Os grandes estadistas e generais são geopolíticos por natureza, pois agem em termos de Geopolítica, sem terem a ela, via de regra, interesse de cientistas". "É ai, na Geopolítica como arte, que a vemos confundida com a Estratégia, com a administração do Estado, com a Economia, etc. fornecendo os fundamentos da política dos Estados para alcançarem o pleno desenvolvimento interno e o respeito na órbita internacional".

20. **Geografia Política e Geopolítica (Estudos e Ensaíos) —** Transcr. da "A Defesa Nacional" de Jun 56) — DELGADO DE CARVALHO e TERESINHA DE CASTRO: N. 133, de 1956 — pp 382/391.

SUMÁRIO

1. GEOGRAFIA POLÍTICA:

- a) Histórico; b) Definição; c) O Problema Fundamental; d) Divisões; e) Objetivos.

2. GEOPOLÍTICA

- a) Histórico: Nascimento e Desenvolvimento da Geopolítica; b) Definições e Conceitos sobre Geopolítica; c) Onde se situa a Geopolítica; A Geografia Política e a Geopolítica são a mesma coisa; d) Conteúdo da Geopolítica e suas "Zonas de Fricção"; e) Necessidade de averiguar sua importância para o Brasil.

RESUMO

Os autores, em excelente síntese, estudam a Geopolítica desde o seu aparecimento, apresentam definições de Kjellén e Haushofer e conceitos de Vicens Vives e Weigert. Admitem que a Geopolítica ultrapassa um pouco o âmbito da Geografia e mostram que a "ciência política, a princípio teórica, passou a visar à prática e necessitou para isso de aplicação". "Por isso reivindicou uma base no espaço, isto é, território, áreas regionais, numa palavra, *geografia*". Assim, "a geografia avançando sobre o terreno da política e a política avançando sobre o da geografia tivemos a geopolítica". Para caracterizarem a diferença entre a geopolítica e a geografia política citam as seguintes palavras de Richard Henning: "A geografia política é um instantâneo fotográfico do momento temporal em circunstância especial determinada, enquanto a geopolítica é a fita cinematográfica do mesmo processo geral".

Na última parte do trabalho declaram que "olhando-se um planisfério, avulta-se logo a importância geopolítica para o Brasil" e final-

mente que "ao lado da importância estratégica e fronteiras do Brasil interessa-nos também a geopolítica com respeito ao nosso povoamento e colonização e aos nossos problemas econômicos em evolução".

21. **Bolívia, País do Atlântico** (Transcr. do "Diário de Notícias" de 29 Jul 56) — **IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO**, Gen: N. 135, de 1956 — pp 499/501.

SUMÁRIO

1. DOIS ANTAGONISMOS EM PRESENÇA
2. A BOLÍVIA COMO ESPAÇO GEOGRÁFICO

RESUMO

O autor inicia o trabalho fazendo referências à obra de Mário Travassos intitulada "Projeção Continental do Brasil". Afirma "que há de fato na Bolívia, o antagonismo do Atlântico, contra o Pacífico". Mostra que "nós não precisamos da Bolívia como espaço vital". "Isto é, nossa infraestrutura industrial não depende do espaço boliviano". Admite "que nos falta a sedução da mesma língua, as afinidades da mesma origem histórica e do fator atrativo da mesma raça e cultura". Sugere as seguintes linhas de ação para uma política de "boa vizinhança", de entrelaçamento de interesses — não só no campo econômico mas no cultural e afetivo:

- transformar Corumbá num centro de ensino superior e secundário e de saúde;
- oferecer, nos grandes centros acadêmicos do Rio e São Paulo, bolsas de estudo para moças e rapazes bolivianos;
- acrescentar aos portos livres já existentes às mercadorias bolivianas — o de Belém;
- intensificar a criação de empresas mistas brasileiro-bolivianas para a exploração do petróleo;
- transformar Corumbá em centro de industrialização de carne — para o aproveitamento de dois fatores favoráveis: o gado do Pantanal brasileiro e boliviano e o rio Paraguai como via de transporte para a exportação do mesmo.

Conclui o trabalho referindo-se ao valor político e econômico da estrada que liga Corumbá a Santa Cruz de La Sierra.

22. **A Questão da Antártica** (Transcr. da "Revista do Clube Militar" N. 142, de 1956) — **DELGADO DE CARVALHO e TERESINHA DE CASTRO**, Profs.: N. 135, de 1956 — pp 502/506, 4 fig.

RESUMO

Os autores, no início do trabalho, mostram que em uma "Conferência Colonial" realizada em Berlim (1884-1885) foram estabelecidas "regras de ocupação" para evitar conflitos entre as potências coloniais que, na época, estavam penetrando na África. Declaram que a situação atual, relativamente à Antártica, "parece repetir os casos que se deram naquela época, uma vez que as potências estão hoje também diante de um continente, cuja ocupação se torna geopoliticamente necessária". Admitem que "agora não se trata de interesses econômicos nem turísticos, mas sim político-estratégicos, isto é, nitidamente geopolíticos". "Assim sendo, é de primeira importância que o Brasil não se desinteresse pelas soluções que mais tarde serão levadas a efeito".

Também afirmam que "o Brasil está em condições de reivindicar direitos, cujos fundamentos jurídicos são tão sólidos como as bases que pode invocar qualquer outra potência".

Na parte final do trabalho apresentam três razões pelas quais devemos iniciar as negociações o quanto antes:

- 1ª) O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois uma vez fechado o estreito de Magalhães, só por lá poderão passar os navios porta-aviões que o canal do Panamá não comporta;
- 2ª) Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases;
- 3ª) Se no futuro, embora remoto, houver meios científicos de controlar os climas, é evidente que no pólo sul, onde se formam as massas de ar que se deslocam destas áreas de baixa pressão (ciclônicas), regulando o trajeto das depressões do hemisfério sul, a Antártica nos será útil.

Na conclusão do trabalho os autores declaram "que já é tempo de o Brasil tratar de uma questão que os outros países estão resolvendo individualmente".

FIGURAS

- 1) Território de Defrontações (Brasil, Argentina, Chile)
- 2) Antártica
- 3) Importância do estreito de Drake nos transportes intercontinentais
- 4) Estações Geofísicas (Antártica).

23. **Antártica — O Assunto do Momento** (Transcr. da "Revista do Clube Militar" N. 146, de 1957) — THEREZINHA DE CASTRO, Prof.: N. 142, de 1958 — pp 42/49, 3 fig.

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA ANTÁRTICA :
 - a) A Ilha dos Estados; b) O Arquipélago das Malvinas; c) A Geórgia do Sul; d) O Arquipélago das Sandwich do Sul; e) O Arquipélago das Orcadas do Sul; f) O Arquipélago das Shetlands do Sul; g) A Antártica Continental Americana.
2. INTERESSES CIENTÍFICOS DA ANTÁRTICA.
3. ANTÁRTICA : O CONTINENTE DO FUTURO (?).
4. HERDEIROS DA ANTÁRTICA.

Nesta parte do trabalho, a autora mostra que "o Direito Internacional não reconheceu até o momento presente nenhuma das pretensões apresentadas".

Terminando o artigo, a autora declara que "embora na Antártica a situação seja mais complexa em virtude dos dois sistemas invocados, da proximidade e da descoberta em grande parte incompatíveis". De qualquer modo, a repartição das regiões polares por convenção geral, série de tratados bilaterais, arbitramento ou sentença judiciária, torna-se cada vez mais urgente. Os setores poderiam fornecer uma base, pelo menos provisória para esse fim". "A questão da Antártica, enfim, está no temário da ONU, vejamos o que se resolve".

FIGURAS

- 1) Hipótese do Prolongamento dos Andes.
- 2) Pontos de Estações Geofísicas fixados por nove nações para o "Ano Geofísico Internacional".
- 3) Defrontação (a fig. mostra que por êsse processo de partilha, "além do Brasil, Argentina e Chile, também o Uruguai, Peru e Equador devem defender seus direitos").

III — REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA (Conselho Nacional de Estatística): 27 x 18 cm.

De janeiro de 1940 a dezembro de 1958.



FIGURA 3

1) Geografia e Estatística — DELGADO DE CARVALHO, Prof.: N. 10 de 1942 — pp 291/301, 1 fig.

RESUMO

O autor, após algumas considerações sobre estatística e geografia física passa ao campo da geografia humana. Admite que o "campo sistemático da geografia humana se acha iluminado pelos focos representados pelas diferentes ciências sociais": antropologia, sociologia, ciência política, economia política. Declara que "existe uma quinta ordem de problemas que surgem aos poucos no campo da geografia humana". Estes problemas "resultam" da

evolução, histórica condicionada pela própria configuração das terras e dos mares. Esta nova apresentação na nossa sistemática é a geopolítica". Nas conceituações sobre a nova ciência, o autor emite alguns conceitos sobre posição, espaço e forma. Na última parte do trabalho há referências à teoria do "grau de cultura" apresentada por Backheuser.

- Obs.: 1) A fig. mostra que a Geografia Sistemática tende a desaparecer para ser substituída pela reunião da Geo. Sistemática com a Geo. Regional.
- 2) O artigo também foi publicado no "Boletim Geográfico" N. 2 de 43.

2. **Geopolítica, Geografia e Estatística — EVERARDO BACKHEUSER. N. 23, de 1945 — pp 381/392.**

RESUMO

O autor conceitua a Geopolítica no quadro das ciências políticas. Refere-se aos maus entendidos sobre a Geopolítica e mostra as suas ligações com a Geografia e a Estatística. Afirma que "a Geopolítica não prescinde, para se ter de pé, nem de uma, nem de outra. São os seus alicerces. São as suas fontes". Após algumas considerações sobre a nova doutrina, Backheuser mostra que "o fato de não ser usado até pouco tempo ou sequer conhecido o nome de "geopolítica", não significa ter deixado ela de ser realmente praticada em nosso país em os tempos passados". Ao terminar o artigo, Backheuser declara que os engenheiros, os geógrafos e os estatísticos são os "soldados desconhecidos da geopolítica brasileira".

Obs.: O artigo foi motivo de uma conferência pronunciada no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, a 12 Jul 1945.

IV — REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS (Conselho Nacional de Estatística): 27 x 18 cm.

De abril de 1950 a junho de 1958.

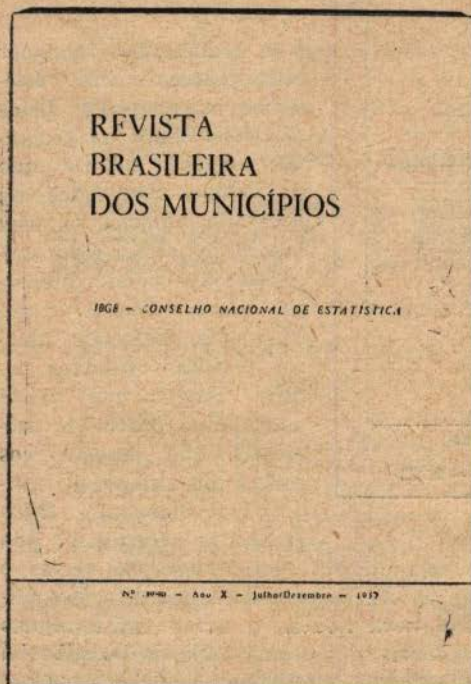


FIGURA 4

Geopolítica de Goiás e da Futura Capital — JAIME CORTESÃO: N. 39/40 de 1957 — pp 169/172.

RESUMO

O autor declara, na primeira parte do trabalho, que o Brasil, "malgrado suas dimensões continentais e o espesso revestimento de florestas, goza de uma vantagem única no planeta: a sua imensa riqueza em estradas fluviais. País algum se parece mais a um organismo vivo. Seu corpo, embora gigantesco, é percorrido e vivificado em todos os sentidos por um complexo sistema circulatório". Após mostrar a importância das bacias hidrográficas brasileiras, o autor refere-se aos varadouros que desde os tempos pré-cabralinos permitiam aos índios passarem de uma bacia para outra. Afirma que esses varadouros foram amplamente

utilizados pelos bandeirantes e podem ser observados em muitos mapas históricos. Mostra que a "zona dos varadouros" está no território de Goiás e refere-se, na parte final do trabalho, ao histórico lago Dourado, identificado com o Xarais".